



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOSÉ EDSON AMORIM DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA
PROPOSTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II NA CIDADE DE PEDRA
LAVRADA - PB**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JOSÉ EDSON AMORIM DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA
PROPOSTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II NA CIDADE DE PEDRA
LAVRADA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

Área de concentração: sexualidade, gênero e ensino.

Orientadora: Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, José Edson Amorim dos.
Relações de gênero e sexualidade no ensino de história [manuscrito] : uma proposta para o ensino fundamental II na cidade de Pedra Lavrada - PB / José Edson Amorim dos Santos. - 2022.
61 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves, Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Ensino de história. 4. Cidadania. I. Título

21. ed. CDD 372.89

JOSÉ EDSON AMORIM DOS SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE
HISTÓRIA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
II NA CIDADE DE PEDRA LAVRADA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

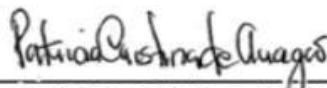
Área de concentração:
sexualidade, gênero e ensino.

Aprovada em: 01/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves (UEPB)
(Orientadora)



Profª. Drª. Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)
(Examinadora Interna)



Profª. Ma. Deise Silva Sousa
(Examinadora Externa)

Em memória da minha avó, que hoje me
guia do céu, sendo ela a estrela mais
radiante a me iluminar.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente destaco a realização e a total gratidão que me transborda nesse momento, é chegada a hora de encerrar esse maravilhoso ciclo em minha vida, é tão gratificante ter passado por todo esse processo e hoje estar aqui falando a respeito do mesmo. Primeiramente minha gratidão é toda ao meu deus, que me conduziu, me guiou e me fez chegar até aqui, pois foi a ele que eu recorro nas horas de angústia e aflição, e sempre obtive conforto, secundamente quero agradecer aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado (de uma forma ou de outro) me apoiando, a minha mãe (Ivonete Santos) que aguentou minhas crises e foi meu suporte enquanto eu mais precisei, além da grandiosa educação e orientação para que eu seguisse firme nos meus objetivos, da mesma forma que agradeço ao meu pai (Edmilson Amorim) pelo apoio.

Agradeço aos meus familiares que sempre me incentivaram, principalmente a minha prima Joseilma Silva e seu esposo Bruno Dantas, por todas as contribuições e a dedicação em me auxiliar durante o período acadêmico. Agradeço também às minhas amigas (irmãs) Solange Amorim e Lizandra Raquel, e as minhas amigas Raissa Medeiros, Ernesto Alves e Cailhane Cristina, por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos, prestando o apoio e atenção necessários, me proporcionando boas risadas e momentos de descontração. Os agradecimentos se entendem as minhas amigas e colegas de curso Luana Castro, que esteve comigo desde o início dessa jornada, a Allana Andrade que sempre me orientou, a Maria Manuelle que foi um dos meus pilares no início desse projeto, ao meu amigo Alison Norberto que sempre me fortaleceu, também posso citar Aline Lima, Fernanda Cavalcante, Mylena Magalhães.

Os agradecimentos seguem com a imensidão da alegria em ter como orientadora Márcia Albuquerque, a qual temos uma relação de parceria e amizade inspiradora, pois foi dela que partiu a indagação inicial para que esse projeto fosse concretizado, além de todo o carinho, orientação e profissionalismo da mesma, criando um ambiente maravilhoso para produzir, aqui deixo minha gratidão, reconhecimento e admiração pela mesma. Seguindo a linha dos professores, quero agradecer a todos pela contribuição por todo período, desde os professores do ensino básico, do fundamental e médio, com ênfase especial a professora de história Tereza. No ensino médio a gratidão vai para todos, mas especialmente para

aqueles que sempre acreditaram em mim, no meu potencial, como a professora Simone Marks, Kessia Vasconcelos e aos professores Gilberto e Rodolfo. Deixo aqui as minhas mais sinceras e especiais palavras à professora Priscila Dias, que durante todo o ensino médio foi minha fonte de inspiração, admiração e modelo de profissionalismo e didática, a qual me inspiro até hoje.

Os agradecimentos se estendem a todos os professores da graduação, os quais contribuíram imensamente para minha formação pessoal e profissional, agradecendo especialmente a professora Deise, que iniciou a caminhada do TCC I comigo, sendo uma condutora maravilhosa da orientação, aqui deixo meu sentimento de gratidão e admiração, bem como a meu co-orientador Everton Rafael, que foi uma luz na minha produção e na minha vida acadêmica, com todo o brilhantismo e companheirismo de um amigo, sou imensamente grato ao mesmo. Agradeço em especial a Talita Soares, principalmente por nossa parceria enquanto fui monitor das suas disciplinas, criando uma amizade e companheirismo. Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram na minha vida, vocês foram essenciais nesse momento, por isso sou grato a todos que citei ou que participaram e seus nomes não estão aqui, mas sabem da exímia importância. Dedico este trabalho a minha avó que partiu, mas que sempre sonhou com esse momento, e ele chegou, então dedico com amor para a Dona Alice.

“Um novo tempo há de vencer, para que a gente possa florescer e, baby, amar, amar sem temer.” (JOHNNY HOOKER, 2017)

RESUMO

Abordaremos as questões ligadas ao ensino sobre gênero e sexualidade na perspectiva do ensino de História, com ênfase na análise crítica do Projeto Político-Pedagógico (2021) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elenita Vasconcelos Carvalho, na cidade de Pedra Lavrada - PB. Problematizando as concepções e métodos pedagógicos descritos no Plano Político Pedagógico como meios para a inserção de atividades voltadas para a construção de conhecimento a respeito do ensino de História contextualizando com gênero e sexualidade, com base no que determina as diretrizes educacionais. Esta análise tem por objetivo problematizar a necessidade da elaboração e implantação de políticas educacionais direcionadas ao público LGBTQIA + (A evolução da sigla para designar diversas minorias sexuais e de gênero é uma resposta ao tamanho espectro e das demandas da comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo por mais visibilidade). Este trabalho analisa também os discursos em torno do ensino da história social e as visões sobre o ensino sobre gênero e sexualidade. Tendo em vista que a promoção de uma educação inclusiva e plural, focada no respeito à diversidade como parte da formação cidadã é legalmente determinada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), Parâmetros Nacionais Curriculares - PCN's (BRASIL, 1997), as Diretrizes Educacionais Nacionais (BRASIL, 2012) e pelas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018). Recorremos a um aporte teórico que descreve e reforça a necessidade de aprimoramento das experiências de aplicação das políticas já existentes, como Guacira Lopes Louro (2004), Fernando Seffner (2021) e Michel Foucault (1988). Além disso, numa tentativa de propor caminhos nos quais se alinhem: história, inclusão e ensino sobre as problemáticas referenciadas. Construimos assim uma proposta de preparação para os profissionais da educação e de conscientização para a comunidade escolar através da reflexão acerca do referido PPP (2021).

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Ensino de História. Cidadania. Propostas Pedagógicas.

ABSTRACT

We will address some issues related to teaching about gender and sexuality from the perspective of History teaching, with an emphasis on critical analysis of the Political-Pedagogical Project (2021) of the Maria Elenita Vasconcelos Carvalho Municipal Elementary School, in the city of Pedra Lavrada - PB. Problematizing the pedagogical concepts and methods described in the Pedagogical Political Plan as means for the insertion of activities aimed at the construction of knowledge about the teaching of history encompassing sexuality and gender, based on what determines the educational guidelines. This analysis aims to problematize the need for the elaboration and implementation of educational policies aimed at the LGBTQIA + public (The evolution of the acronym to designate diverse sexual and gender minorities is a response to the large spectrum and demands of the community composed of lesbians, gays, bisexuals, transsexuals, transgenders, transvestites, queers, pansexuals, agenders, non-binary people and intersex for more visibility). This work also analyzes the discourses around the teaching of social history and the views on teaching about gender and sexuality. Considering that the promotion of an inclusive and plural education, focused on respect for diversity as part of citizen training is legally determined by the general competences of the National Common Curricular Base - BNCC (BRAZIL, 2018) and the National Curricular Parameters - PCN's (BRAZIL, 1997). We resort to a theoretical contribution that describes and reinforces the need to improve the experiences of applying existing policies, such as Guacira Lopes Louro (2004), Fernando Seffner (2021) and Michel Foucault (1988). In addition, in an attempt to propose paths in which to align: history, inclusion and teaching on the referenced problems. We thus built a proposal for preparation for education professionals and awareness for the school community through reflection on the PPP (2021).

Keywords: Genre. Sexuality. History Teaching. Citizenship. Pedagogical Proposals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Agênero e outras designações.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PPP	Plano Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O TEMA DA SEXUALIDADE E DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	17
3 O TEMA DA SEXUALIDADE DOS PCN'S À BNCC.....	28
4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PEDRA LAVRADA - PB).....	41
4.1 Projeto Político - Pedagógico da Escola: “conscientizando no presente para um futuro melhor” da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elenita Vasconcelos de Carvalho.....	42
4.2 Propostas e Perspectivas para o Ensino Transversal sobre Gênero e Sexualidade.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERENCIAIS.....	57

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, a proposta se desenha no caminho da inserção do ensino sobre gênero e sexualidade na escola, pensando no composto ativo que é necessário trazê-los para a sala de aula. Gênero é um termo amplo para se trabalhar, consistindo no termo que é usado para representar a diferença social e psicológica entre homens e mulheres, isso partindo de um discurso definido pelas relações sociais, que se constrói a partir da realidade biológica primária; gênero seria então, a construção dos atributos da feminilidade e masculinidade.

No entanto, ao adentrarmos no seio desse processo, abrimos o leque para a identidade de gênero, que é uma categoria que nos ajuda a pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura (GROSSI, 1998). Igualmente, a identidade de gênero também foi definida por Jaqueline Jesus (2012), quando a mesma define gênero a partir do momento no qual a pessoa se identifica enquanto sujeito social, cabendo ao mesmo concordar ou não com o gênero do seu nascimento. No entanto, identidade de gênero e orientação sexual se difere, pois pessoas transexuais podem ser heterossexuais, gays, lésbicas, ou bissexuais tão como pessoas cisgênero.

Por outro lado, podemos entender esses conceitos com o auxílio do Michel Foucault, em *História da Sexualidade* (1988), que compreende o conceito da sexualidade como uma invenção social, ao destacar os múltiplos discursos sobre o sexo, que regulam e normalizam os prazeres, seja pela medicina, igreja ou sociedade, principalmente no século XIX.

A partir disso, é possível notar que por trás das siglas LGBTQIA+ existe um conjunto de fatores que configuram uma comunidade a ser vista socialmente, principalmente no contexto da educação, uma vez que não se enquadrando dentro dos padrões sociais estes se encontram fora da fronteira do que a sociedade considera normal. Ao falarmos da comunidade LGBTQIA+, estamos falando dos sujeitos que possuem identidades que compõem cada grupo, onde cada sujeito possui um lugar social determinado pelo discurso social sobre o mesmo, como abordado por Michel Foucault em sua obra *"A ordem do Discurso"* (1970).

Uma das maiores motivações deste estudo encontra-se na identificação do tema como uma inquietação pessoal, uma vez que o autor em questão se enquadra na sigla LGBTQIA+, enquanto homossexual, que viveu de perto e sentiu na pele os reflexos da falta de informação e educação que o permitisse entender o que

acontecendo em seu universo particular. Desde criança, ao iniciar os anos de estudo, sempre sofreu pressão psicológica, quando era apenas um invisível negligenciado nas escolas do município lavradense, sem que houvesse algum apoio pedagógico ou psicológico ofertado pelas instituições.

A própria escola se tornou um local de repressão, causado pelo preconceito e ausência de orientação sobre as questões da sexualidade, desconsiderando a identificação sexual de cada sujeito. Assim, nasceu a necessidade de buscar compreender como a escola poderia atuar acolhendo com dignidade e respeito o pluralismo existente em seu meio. Este caminho conduziu o referido autor e pesquisador em questão, a aprofundar seus conhecimentos referente ao ambiente escolar, os preconceitos e a LGBTfobia, acreditando poder contribuir com outros estudos sobre a temática, tal como também, no futuro, corroborar com uma educação mais sensível, democrática e digna para os seus estudantes

De acordo com as determinações, “trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher)” (ABGLT, 2010), ou seja, bastaria que houvesse uma reivindicação do sujeito, se autodeclarando como lésbica, gay, bissexual ou transgênero para que passasse a ocupar naturalmente seu lugar social, e assim ser respeitado. Em face disso, pode-se definir a sexualidade como um conceito baseado na atração sexual e na afetividade compartilhada entre pessoas, ou seja, a orientação sexual consiste na busca por relações afetivo-sexuais com pessoas do sexo oposto (heterossexuais), pessoas do mesmo sexo (homossexuais) e pessoas de ambos os sexos (bissexuais). Além da assexualidade, consistindo em pessoas que não sentem atração sexual por outras pessoas, embora possam desenvolver relações amorosas e afetivas dentro de um complexo variável entre os sujeitos que são assexuais, como define Jaqueline Jesus (2012), assim como define a Elisabete Regina (2012)¹, ao analisar a comunidade norte-americana *Asexual Visibility and Education Network - AVEN*.

Assim como temos também as categorias de gênero como: agênero (pessoa que não se identifica com a identidade masculina, e nem com a feminina, ou que assume não ter identidade de gênero), e intersexo como definiu Jaqueline Jesus (2012, p. 25), que “a intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a

¹ OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de. *Minorias Sexuais: direitos e preconceitos* (2012).

denominação médica, hermafroditas e pseudo-hermafroditas”, ou seja, termo que descreve uma pessoa com desenvolvimento sexual desordenado, resultando em um corpo que não pode ser caracterizado como homem ou mulher.

Nesse sentido, surge a seguinte problemática: por que as temáticas de gênero e sexualidade não são abordadas na escola, mesmo sendo uma questão social emergente e como seria possível adotá-las, principalmente no Ensino de História? Esta inquietação se tornou o fio condutor desta pesquisa na busca de compreender as principais dificuldades encontradas na educação referente a estas temáticas, desde a Constituição de 1988 até os dias atuais.

Na intenção de responder a esta problemática, este trabalho objetiva focar sua análise no Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elenita Vasconcelos Carvalho observando se a temática de gênero e sexualidade é ou não contemplada, a partir das diretrizes educacionais, se valendo dessa prerrogativa para sugerir, se necessário, como o ensino transversal pode ser colocado em prática de forma objetiva e dinâmica.

Para tanto, se faz pertinente, enquanto objetivo específico discutir a construção social dos conceitos e a problematização da relação entre sexualidade e ensino, pensando nos reflexos sociais, e na abertura para essa temática, nas representações evidentes e nas experiências que o sujeito humano vivencia. Analisar sobre a sexualidade e o ensino de história, e como ambos podem caminhar juntos na perspectiva do ensino transversal, podendo assim, se utilizar do contexto histórico, aproximando o presente e o passado na intenção de colaborar para o debate histórico escolar, no campo da História Social, a partir das referências bibliográficas citadas ao longo deste trabalho.

Ao observarmos a construção signatária das demandas sociais, é possível compreender como as relações humanas se desenvolveram ao longo da história, o que nos possibilita refletir sobre as práticas sociais, políticas e culturais vivenciadas pelos sujeitos durante cada período histórico. Nesse caso, a história social e da sexualidade foi o campo definido como base teórica nesta pesquisa, tendo em vista a possível contribuição no debate a respeito do ensino de gênero e sexualidade. A historiadora Hebe Castro (1997, p. 14), sintetiza a história social, apontando que:

[...] mantém seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica.

Para Castro (1997), o ponto de vista a partir do olhar do historiador significa o modo como é feita a explicação histórica e a priorização da experiência humana, interligando a história social, que possui seus próprios problemas e métodos, relacionado às reflexões acerca da constituição dos atores históricos coletivos e individuais, com seus comportamentos e relações entre os diversos grupos que formam as estruturas sociais. Assim, esta pesquisa se fundamenta na história social, intencionando compreender as questões sociais que se tornam pertinentes na construção do PPP, principalmente quanto ao ensino sobre gênero e sexualidade.

Ao analisar preliminarmente o PPP da referida escola, foi verificado se mesmo está em consonância com diretrizes nacionais, a respeito da inserção de uma educação sobre a sexualidade e seus segmentos, seguindo a discussão que está inserida na história social, culminando com a “história vista de baixo” (THOMPSON, 1966).

Ao abordar os estudos históricos sociais, entrelaçando-os com o campo do ensino, é estabelecida uma possibilidade das discussões relacionadas a gênero e sexualidade. No entanto, esta pesquisa utiliza-se da legislação de base, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1996), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) e a Lei Orgânica Municipal de Pedra Lavrada - PB (2012).

Para além dos documentos normativos, dialoga-se neste estudo enquanto referencial teórico com Guacira Lopes Louro (2014), Michel Foucault (1976) e Fernando Seffner (2021), que permitem o alinhamento com a pesquisa sobre gênero e sexualidade no campo do ensino de História, e a Hebe Castro (1997) que nos direciona enquanto análise do campo social, norteando as bases dessa pesquisa, alinhando-se também com outros autores.

No tocante do ensino sobre sexualidade, os debates silenciados pela escola perpassam pela não inclusão dessa temática no âmbito escolar, trazendo diversas questões que se interligam com o processo disciplinar da instituição enquanto ambiente de disputa, de regras e de reprodução do contexto social externo, a problematização atinge o seio das normas que regem esse ensino. É válido destacar o PPP como fonte e sua contribuição para entendermos como funcionam os parâmetros e diretrizes escolares desta instituição. Fernando Seffner (2011, p. 126), ao falar da aula de história, define:

[...] nas salas de aula atuais temos numerosos grupos sociais representados, o que gera tensões nos eixos igualdade–desigualdade, diferença–diversidade, envolvendo a discussão da tolerância e do respeito entre todos no espaço público. Mas a inclusão pode ser pensada também como um projeto de normalização dos diferentes, e cumpre analisar o papel da disciplina de História nesse projeto.

De acordo com Seffner (2011), o papel do ensino de História é a construção crítica do cidadão, ou seja, as diversas formas de inclusão educacional por intermédio do currículo direcionado ao ensino socializante e na prática do município, essa função se torna executável a partir do PPP, cabendo a este documento definir as diretrizes de ações da instituição de ensino.

Assim sendo, a metodologia utilizada adota a pesquisa qualitativa, alinhada a análise documental, na qual utiliza-se como fonte do PPP da Escola Municipal de Pedra Lavrada (Maria Elenita) para analisar como a discussão de gênero e sexualidade se faz presente no âmbito educacional do ensino fundamental II. A pesquisa é legitimada por meio de documentos normativos nacionais, estaduais e municipais.

Portanto, esta monografia se organiza em três capítulos, sendo o primeiro: o tema da sexualidade e o Ensino de História. Este capítulo discorre sobre o debate contemporâneo envolta do tema, procurando destacar o ensino com relação à sexualidade. Em seguida, discorremos o embasamento teórico norteador, na prerrogativa do ensino histórico social, onde aprofundamos o debate e as questões do ensino.

No segundo capítulo: o tema da sexualidade dos PCN's à BNCC. Neste capítulo, adentramos na discussão baseada nos documentos normativos e o eixo das relações entre o que a lei define e suas diretrizes, destacando as principais normas que nos possibilitam discutir e interagir com ensino sobre gênero e sexualidade no contexto teórico social e na prática educativa na própria escola, através da LDB, dos PCNs, dos DCNs e da BNCC.

No terceiro capítulo, intitulado: Projeto Político Pedagógico (Pedra Lavrada - PB); trouxemos uma análise crítica, baseando-se nas diretrizes legais e na composição de um PPP voltado ao ensino cidadão e socialmente diverso, que possa tentar suprir as lacunas relacionadas à sexualidade, ao debate contemporâneo e os diversos discursos teóricos e metodológicos relacionados no campo da História Social, situando o que o PPP propõe e como propôs.

No subcapítulo nomeado Projeto Político - Pedagógico da Escola: “conscientizando no presente para um futuro melhor” da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elenita Vasconcelos de Carvalho, foi situado os possíveis caminhos que a escola pode percorrer para abordar o tema sobre sexualidade de forma diversificada e transversal, dentro das diretrizes educacionais e englobando o ensino cidadão no qual tanto se fala ao longo do PPP. No último subcapítulo, Propostas e Perspectivas para o Ensino Transversal sobre Gênero e Sexualidade, situamos propostas e perspectivas que se adequam a diversas realidades escolares, abrindo para flexibilizações e definições internas baseadas na demanda da escola.

2 O TEMA DA SEXUALIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA

Analisar o tema da sexualidade no ensino de História nos permite refletir sobre o papel fundamental da escola como uma das instituições mais influentes na conjuntura social e política da sociedade. Por isso, é primordial a compreensão da relação saber-poder presente na estrutura social do ensino, bem como na instituição escolar, como relatou Michel Foucault (2014, p. 162-163):

A escola se torna um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como dever ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino. Um dos grandes partidários da escola mútua dá a medida desse progresso.

Neste cenário, a escola impõe sobre os alunos a relação de controle disciplinar, principalmente ao definir as atividades, o que deve ou não deve ser ensinado, além de determinar o que é sociável e o que é anormal, influenciando diretamente na construção do sujeito, no seu modo de agir e pensar diante da sociedade com consequências diretas nas concepções de mundo dos mesmos.

Em face disso, pensar a escola como lugar social do sujeito torna-se um exercício de articulação referente aos processos educacionais, no qual gênero e a sexualidade são regidos por discursos que buscam controlar e disciplinar os indivíduos socialmente. Observam-se também as questões de gênero e sexualidade na esfera política, ligados a uma questão social, da legitimação política na construção social dos sujeitos, como afirma Guacira Lopes (2018, p. 11):

O primeiro deles refere-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; o segundo, ao fato de que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

O pensamento de Louro (2018) nos indica que a sexualidade perpassa o contexto pessoal, atingindo a esfera social e política, no entanto, a sexualidade é moldada ao longo da vida dos sujeitos, podendo aflorar de diversas maneiras e formatos, o que nos sinaliza para a necessidade de reflexão sobre o papel da instituição educacional e como a mesma tem se desenvolvido para contemplar em seu meio o tema da sexualidade.

Ao observar o ensino, nos deparamos com uma realidade um tanto quanto precária sobre o debate acerca de gênero e sexualidade, isso recai negativamente sobre a educação como um todo. Seffner (2011) nos alerta que o ensino de História tende a percorrer alguns caminhos que se distanciam do ensino crítico, de formação

cidadã, pois no geral a aula de História tem como referência o homem branco, classe média e consumidor, excluindo as minorias e gerando uma barreira entre a realidade do aluno e os conhecimentos construídos na escola.

Esse movimento mencionado por Seffner (2011) nos permite enxergar e aprofundar a reflexão, ao observar uma barreira ainda maior no ensino quando entramos na questão da sexualidade, a qual a escola acaba por disciplinar suas diretrizes definindo o “normal” para ser ensinado e excluindo o que seria “anormalidade”, ou seja, o que estivesse fora do padrão.

Esta discussão nos leva a refletir como o tema da sexualidade é subjetivo na educação brasileira, embora seja de suma importância, como demonstra a pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil em 2016, com o relatório elaborado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), no qual foi apontado que 73% dos estudantes LGBT's foram agredidos verbalmente, enquanto 36% foram agredidos fisicamente e 60% dos estudantes não se sentem seguros na escola².

A pesquisa ainda aponta que esses estudantes agredidos passaram a ter um baixo rendimento escolar, bem como tendências suicidas, evasão escolar e problemas comportamentais, o que nos sinaliza um problema grave silenciado pela própria escola.

Os problemas iminentes dessa exclusão nos debates sobre as minorias, nos quais se encaixam os estudantes LGBTQIA+, causam um alerta acerca de como este público é tratado na escola, ou seja, como é invisibilizado no ambiente escolar e marginalizado na sociedade. Ressaltando o papel da escola, assim como do ensino de História e suas possíveis contribuições para mudar essa realidade. Seffner (2011, p. 126) orienta que:

O ensino de História pode dar boa contribuição, pois a história da humanidade está repleta de enfrentamentos entre diferentes (diferentes etnias, diferentes projetos políticos, diferentes gerações, diferentes povos, diferentes culturas, diferentes gêneros, diferentes classes, etc.).

Logo, a escola, e principalmente, a aula de História, podem permitir um olhar

² Mais de um terço dos alunos LGBT sofreram agressão física na escola: estudantes que são alvo de preconceito têm pior desempenho escolar. Os dados são da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais, apresentada na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. O relatório foi elaborado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-for-am-agredidos-fisicamente-diz> Acesso em: 29 jun. 2022.

socialmente igual sobre todos, além de gerenciar os debates em torno das diferenças, aplicando métodos que facilitem a convivência e o rompimento dos preconceitos. A abertura do ensino é a porta de entrada para a abertura do social, pois ambos estão entrelaçados.

As competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, bem como os Parâmetros Nacionais Curriculares, que tratam justamente desse ensino socialmente educativo, destacam o que é necessário para romper estigmas sociais emergentes, para além do campo educacional, um ensino para a vida, para preservar a vida e garantir os direitos dos cidadãos, do respeito e da diversidade.

Olgamir Amância, doutora em educação e então representante do Fundo Nacional da Educação (FNE), ao participar do debate sobre as condições dos estudantes LGBT's nas escolas brasileiras em 2016³, a mesma indicou a necessidade da preparação dos professores para combater qualquer forma de preconceito contra a orientação sexual, ou identidade de gênero; tendo em vista que as questões de gênero e sexualidade não são trabalhadas na formação dos professores. Amância relatou em entrevista à Agência Brasil (2016) que: "a formação global que permite ver a sexualidade como importante dimensão humana não é trabalhada na formação dos professores, a não ser por uma ou outra iniciativa de alguns programas".

Esta reflexão nos sinaliza o olhar para um debate necessário, a formação continuada de professores focando na pluralidade social e diversa das escolas, e conseqüentemente, a emergência da abordagem destes temas nas salas de aula. Faz-se pertinente a conscientização dos coordenadores, professores e pais, respectivamente, é essencial, seguindo uma linha de ação conjunta para combater a homofobia.

Contemplando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, trabalhando na sala de aula com competências e habilidades, se faz urgente o debate de tais temáticas na sala de aula. Acreditamos que a Educação é o caminho mais efetivo para mudanças sociais, no entanto, o que está prescrito enquanto lei precisa ser executado e não apenas servir como discurso.

É válido salientar que o ensino que contemple gênero e sexualidade não é

³ Agência Brasil. Agressão física na escola. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-for-am-agredidos-fisicamente>. Acesso em: 20 jun. 22.

respaldado como deveria, como expõe o programa do Governo Federal, ao lançar curso de aperfeiçoamento na área de gênero e diversidade sexual, no livro “Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais (2009)”, no qual, ao tratar do ensino sobre gênero e sexualidade como algo essencial para a promoção dos direitos e da cidadania, reconhece que se faz necessário avançar muito nas políticas educacionais inclusivas, para se obter o respeito e a valorização da diversidade, como também o combate à homofobia e discriminação presentes em todas as esferas sociais, incluindo a escola, reconhecendo também que as ações educacionais e na formação dos profissionais da educação são fundamentais para o ensino igualitário, equitativo, diverso e plural, nos sinaliza o discurso e a prescrição, mas não a efetiva realidade prática.

O ensino direcionado para educar e rever conceitos arcaicos e patriarcais é tomado pelos conservadores como uma “ideologia de gênero”, originado e desenvolvido no seio da Igreja Católica conforme aponta César (2016). Esse termo apareceu no Brasil na década de 1990, por meio do grupo conservador da Igreja Católica, conhecido como *Conselho Pontifício para a família*, pertencente a Congregação para a Doutrina da Fé, que era conhecida antigamente como Santa Inquisição Romana e Universal, de acordo com os estudos do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da Universidade de Brasília (UNB)⁴. Conforme Furlani (2016, p. 2),

O termo ‘ideologia de gênero’ não está presente, não é de uso no contexto das teorias de gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma interpretação equivocada e confusa, que não reflete o entendimento de ‘gênero’ presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as.

Logo, esse termo foi adotado pelas igrejas autodenominadas evangélicas, que partem do princípio negacionistas dos estudos científicos sobre gênero e sexualidade ao considerar que tais estudos possuem apenas um caráter ideológico. Gênero é determinado como uma construção social, sem relação adequada ao sexo biológico. Esse termo não tem reconhecimento acadêmico, só é utilizado por grupos contrários aos estudos sobre identidade de gênero, a exemplo do ato

⁴ Por G1/SP. Como surgiu o termo “ideologia de gênero” no Brasil. Disponível em: <Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido | São Paulo | G1 (globo.com)>. Acesso em: 24 jun. 2022.

sensacionalista feito pelo Governador de São Paulo, João Dória (PSDB), quando em 2019, ordenou o recolhimento dos livros de ciências, por conter apostila abordando sobre diversidade sexual. A apostila explicava sobre orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico, sendo direcionada aos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental da rede estadual de São Paulo⁵, conforme publicação no seu *Twitter*.

Em sua rede social, Dória em clara demonstração de conservadorismo e preconceito fala que “não concorda e nem aceita ideologia de gênero”. Figuras como Dória se repetem no cenário do Brasil conservador, recebendo apoio da bancada evangélica da Câmara dos Deputados Federais⁶, que além de conservadora, segue contribuindo para o impedimento de projetos de lei para o ensino voltado à educação sexual, onde “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do que alguém possa se despir”, (LOURO, 2010, p. 81).

A educação sexual consiste, seguindo as orientações PCN's (1996), na apresentação da mesma como um ensino transversal, no qual deve ser inserido nas escolas, adentrando na perspectiva da orientação sexual. Logo, a educação sexual deve se desenvolver através das políticas públicas urgentes e fundamentais para a vida social. Todavia, o foco, o conteúdo e o modo de introdução das problemáticas que envolvem a sexualidade são questões debatidas intensamente desde a década de 1970, no entanto, tradicionalmente tem-se privilegiado uma abordagem biologista, focando na resposta à epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida -Aids⁷. No que consiste esse debate, Seffner (2021, p. 423) afirma:

Na mão contrária, cada vez mais se proíbe as escolas – e os professores – de abordar os temas de gênero e sexualidade, mesmo quando isso se faz na conexão com as questões de saúde, como é o caso de estudar a epidemia de AIDS, infecção sexualmente transmissível.

⁵ Matéria sobre a repercussão do Twitter publicado pelo do ex-governador de São Paulo. Disponível em: <Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero' | São Paulo | G1 (globo.com)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

⁶ Definição de PIERUCCI, A F O. **Representantes de deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte**. Ciências Sociais Hoje, n. 11, p. 104-32, 1989. Acesso em: 21 jun. 2022. A bancada evangélica é um termo utilizado pela imprensa e por cientistas políticos para agrupar os membros do Congresso Nacional do Brasil e dos legislativos estaduais e municipais que se autodenominam evangélicos e que defendem as mesmas pautas defendidas por lideranças evangélicas.

⁷ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, que se caracteriza como uma doença crônica, causada pelo vírus HIV, o qual danifica o sistema imunológico e interfere na defesa do organismo contra outras infecções. Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas Sobre HIV/Aids (UNAIDS), em atualizações de seus dados no Brasil em 2013, indicou que 0,6% da população brasileira contém HIV. A preocupação com a chamada “gravidez precoce”, também está no foco da prevenção, mas contendo um foco dirigido ao âmbito heterossexual, algo então mais socialmente normalizado, por não se ligar diretamente aos homossexuais.

Os conteúdos referentes à Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) consideram a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural. Normalmente temas como “orientação sexual” são demonizados nas esferas do poder público. O posicionamento em defesa da abordagem dos temas da sexualidade nas escolas, feito pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Orientação Sexual (GTPOS), surgido em 1986, no Estado de São Paulo, em 1994 publicou o “Guia de Orientação Sexual – diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º. grau”, conforme a reimpressão sobre a sexualidade publicada em 2009 pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR)⁸, na qual é defendida por membros do GTPOS, que participaram da adaptação brasileira do Guia: Marta Suplicy, Antônio Carlos Egypto, Francisca Vieitas Vergueiro Vonk, Maria Aparecida Barbirato, Maria Cecília Pereira da Silva, e fizeram a seguinte observação:

A orientação sexual se propõe a fornecer informações sobre sexualidade e a organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais [...] definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas (GTPOS, 1994, p. 08).

Como se observa, a orientação sexual é um tema relevante e se conecta diretamente com as condições de valores essenciais a serem trabalhados nas escolas, assim, a negativa desse debate leva a uma visão preconceituosa sobre o mesmo, que distorcidamente não é visto como essencial. Ao contrário da rejeição do tema sexualidade na escola, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) estão na dianteira juntamente com o bloco da esquerda partidária, promovendo diversas ações favoráveis à inserção desse ensino, como o programa Brasil Sem Homofobia (2004). Em dezembro de 2010, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, bem como outras ações afirmativas que discutiram a temática LGBT nos âmbitos da escola e na sociedade.

Como também a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), autora do Projeto de Lei 584/07⁹, que propõe a criação de um programa de Orientação Sexual e de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis, sendo realizado de forma multidisciplinar, de acordo com as necessidades de cada turma, além de ofertar uma

⁸Publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR, 2009). Disponível em: [sexualidade.pdf\(diaadia.pr.gov.br\)](http://sexualidade.pdf(diaadia.pr.gov.br)). acesso em: 21 jun.2022.

⁹Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/110344-proposta-cria-programa-de-orientacao-sexual-nas-escolas> (2007) Acesso em: 19 jul. 2022.

formação complementar aos professores que desejarem, para promover o debate em sala de aula de diversas formas.

No processo de inclusão, Seffner (2021) vai relacionar essa abertura aos novos dispositivos democráticos adquiridos na Constituição de 1988, que se liga aos direitos e garantias sociais também no ensino. Na contemporaneidade a maioria do Congresso não apoia a causa, pois como enfatiza Seffner (2017) campanhas violentas, algumas redundando em aprovação de legislações restritivas, buscam retirar os temas de gênero e sexualidade de políticas públicas, de manuais escolares, de guias curriculares e das salas de aula. Os partidos de direita buscam silenciar os debates sobre gênero e sexualidade ao passo em que a onda desse “conservadorismo” cresce junto aos próprios partidos.

Fato observado segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) que considera pertencentes da Bancada Evangélica: pastores, bispos, missionários e sacerdotes, que agem de forma organizada na Câmara e no Senado, tendo constante crescimento durante as eleições desde 2006; em 2018 o crescimento da bancada foi de 10%, chegando a 88 parlamentares, com destaques para Eduardo Bolsonaro (PSL) e Joice Hasselmann (PSL), ambos da extrema direita, que se alia à direita e parte do centrão, com partidos como Democratas, Partido Social Liberal, Partido Progressista, Republicanas e entre outros.

Todavia, no ano de 2011, foi iniciado o “Programa Brasil Sem Homofobia” e dentro do mesmo, estava incluso o projeto para as escolas nomeado de “Escola Sem Homofobia”, que ofertaria o material contra a homofobia a ser distribuído nas escolas, com o intuito de aprofundar e orientar o debate sobre orientação sexual com o aval da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação¹⁰, por o então ministro Fernando Haddad.

O programa Escola sem Homofobia é uma iniciativa não governamental, que dispõe ao governo federal, que anexe ao seu programa nomeado Brasil sem Homofobia, o material didático (livros, cartilhas, filmes, curta-metragem), baseado nas diretrizes criadas pelo Ministério da Educação (MEC), elaboradas pelo Ministério dos Direitos Humanos em parceria com a Organização das Nações Unidas, para a Educação e a Cultura (UNESCO), em busca da promoção dos direitos e cidadania da comunidade LGBTQIA+ dentro das escolas.

¹⁰ SECAD; MEC. Programa Brasil Sem Homofobia. Disponível em: [004 \(saude.gov.br\)](http://004.saude.gov.br) Acesso em: 29 jun. 2022.

Por conseguinte, após diversas aprovações, em meio a conflitos, a então presidenta Dilma Rousseff vetou o projeto na sua fase de pré-aplicação, em decorrência da repercussão negativa, como aponta matéria¹¹, que destaca o debate em torno da repercussão dos kits que seriam distribuídos nas escolas contra a homofobia, enfrentando falas como a do então deputado federal, Jair Bolsonaro (PP-RJ), que acusou o MEC e os grupos LGBT's de incentivarem o "homossexualismo", além de tornar os filhos pedófilos no que nacionalmente passou a ser chamado de "**kit gay**", apelido dado pelo deputado em 2011 ao programa "Brasil sem Homofobia".

Assim, na produção do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2015), os movimentos contrários ao debate sobre sexualidade já conseguiram vitórias expressivas, impedindo o uso dos vocabulários de gênero e sexualidade nos documentos normativos da educação. É um fato que se faz necessário refletir sobre a repercussão em torno da orientação sexual e diversidade, uma espécie de fragilidade incomum ao se deparar com essa temática. Tal ponto se alinha a conjuntura que nos permite enxergar como a homossexualidade gera uma fragilidade banal, que se assemelha ao racismo e xenofobia¹².

Isso ocorre por se tratar dos crimes de ódio que são formados na camada social ocidental, e assim são potencializados na esfera social, bem como nos casos de **homofobia**, que consiste no termo que surgiu nos Estados Unidos, em 1971, passando a figurar nos dicionários europeus em 1990, se anexou nas configurações do racismo que classifica o outro como inferior e anormal; assim a homofobia tem como base julgar e menosprezar a homossexualidade, além de classifica-la como um mal na sociedade (BORRILLO, 2015).

Na complexa função em definir algo que fere a existência do outro, Borrillo (2015, p. 15), define a homofobia como:

Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal.

¹¹ Dilma Rousseff mandou suspender kit anti-homofobia. Artigos Proibidos: Kit Gay - G1 (artigos proibidos.blogspot.com). Acesso em: 29 jun. 2022.

¹² O Dicionário Oxford Languages, define Xenofobia como: desconfiança, temor ou antipatia por pessoas estranhas ao meio daquele que as ajuíza, ou pelo que é incomum ou vem de fora do país; xenofobismo.

A homofobia então é mais um termo usado para expressar um crime por ódio ao “diferente”, a não aceitação daquilo que foge dos padrões sociais, que principalmente nas instituições públicas é cobrado. A escola, o ensino e a História têm um dever fundamental ao tocar nessa temática.

No interior desse debate, ao alinharmos o tema, e as construções históricas e sociais do debate contemporâneo sobre o ensino de História na ótica da sexualidade, enveredamos pela ação da História Social, presente na composição da análise do campo educacional, no qual percebemos o quão importante é entender as relações sociais do sujeito enquanto pertencente a um saber. Aqui falamos do saber histórico, o que remete a uma conexão conflituosa com a sexualidade, pois se trata de uma relação politizada, embora as questões do saber da sexualidade estejam enraizadas desde a construção social escolar.

Analisando a cultura escolar, Seffner (2021, p. 428) compara o jovem em duas dimensões distintas, mas que ambas fazem parte do ensino histórico social:

Ser jovem é algo que diz da vida do presente, curtir o período da juventude, inserido em alguma cultura juvenil, o menino de uma galera funk, a menina que pertence a um grupo de jovens da igreja evangélica, o garoto que é negro e se insere em um coletivo de jovens negros, a menina que se percebe gostando de outras meninas e se aproxima de uma rede de jovens lésbicas, e assim por diante.

Cabe ao ensino entender esse movimento para auxiliar as ações sociais no campo da educação. Na ótica educacional, esse processo é lido como de proliferação das pedagogias do gênero, da sexualidade e das pedagogias do corpo, conforme discutido em Louro (1999). O sistema educacional precisa utilizar tanto do aluno como jovem, como o jovem como aluno, pegando a perspectiva social dos sujeitos para aproximá-los dos conteúdos aplicados em aula, explorando as diversidades.

Por outro lado, devemos avaliar a construção desse saber histórico, consistente na investigação das fontes históricas e nas revisões bibliográficas, que se desenvolvem a partir de um método que possibilite a compreensão da ciência histórica. As mediações nessa perspectiva almejam efetivar a História através de um discurso sobre o passado, político e culturalmente informado, revelando uma série de conflitos políticos e sociais, passando por um conjunto de representações sobre o passado, no que se refere ao discurso histórico (CHARTIER, 1991).

Essas representações subdividem àquilo que a sociedade define, se encarregando de entender o discurso através da análise do processo. Ora, falamos

do processo histórico da sexualidade, dos trâmites que a cercam, dos caminhos que a História percorre para entender esse sujeito tido como desviante pela sociedade; sujeito esse, que é fruto de um discurso político e social, como bem discorre Louro (2004, p. 17).

Os próprios sujeitos estão empenhados na produção, do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade. Embora participantes ativos dessa construção, os sujeitos não a exercitam longe de constrangimentos. Uma matriz heterossexual delimitada os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões.

A partir desse movimento de descoberta do corpo, do lugar e das raízes, os sujeitos passam a compreender seu lugar de fala, e assim, o saber histórico científico aplicado na História Social, corrobora para as transgressões do limitado padrão social, que é um padrão regulador. Assim o processo político teórico da sexualidade recai justamente na busca pela identidade, na procura do entendimento interior.

Esses discursos se assemelham às lógicas sociais eminentes de um discurso, no qual Foucault (1970) vai expandir essa construção, sem apreciar as discussões extremas ou subjetivas da pós-modernidade, no qual o mesmo se debruça em compreender os diversos discursos sobre sexualidade, alertando que o próprio sexo foi colocado nesse meio discursivo. Foucault (1970) salienta que os múltiplos discursos sobre a sexualidade estão espalhados nas instituições sociais, como a Igreja, nos campos da medicina e do direito, e esses discursos se reproduzem nas classificações sobre os tipos de sexualidade e os novos modelos de controle sobre as mesmas.

Todavia, Foucault (1988) fugiu do binarismo e concluiu que há vários discursos que se proliferam, assim como as sexualidades, como o mesmo diz:

Assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas sobretudo - e é esse o ponto importante - a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades dispartadas. (FOUCAULT, 1988, p. 48).

Compreender esses fenômenos é essencial para perceber o papel das instituições disciplinadoras, a formação do currículo e as novas propostas do ensino, e o mais prioritário que é ter a concepção dos fatores históricos sociais que perpassam o sistema do ensino de História, e como práticas educativas ativas podem auxiliar no entendimento do corpo, da formação cultural, social e política,

desenvolvidas ao longo da história, contextualizando os eventos.

A sexualidade e o gênero podem contribuir na construção do ensino, da maneira como agimos e refletimos sobre o outro para com nós mesmos. Louro (2004) salienta que:

Já se disse que sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que uma teoria e uma política voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso. (LOURO, 2004, p. 72).

O diálogo, a estruturação e a pesquisa fomenta bem o debate sobre o ensino de História e suas possibilidades por meio do gênero e da sexualidade, podendo colher bons resultados dessa investida, ao alinhar suas propostas com as diretrizes do ensino brasileiro. O pensamento de Louro (2004) expressou a possibilidade de alinhar as multiplicidades da sexualidade com o ensino de História, tornando-o mais atrativo e dinâmico ao explorar a curiosidade humana, principalmente se tratando da sexualidade.

3 O TEMA DA SEXUALIDADE DOS PCN'S À BNCC

Na conjuntura social da fobia ao diferente, nada mais importante, no caso da seriedade e necessidade de incluir uma forma de educação mais ligada ao seio social e ao propósito cidadão, do que uma obrigatoriedade legal e permanente, intrinsecamente ligada à condição de imposição e cumprimento imediato, por se tratar de um tema em caráter de urgência.

Tendo em vista que a homofobia, assim como o racismo, consiste em qualificar o outro como um ser inferior ou anormal, a homossexualidade torna-se insuportável quando ganha notoriedade e exposição social equivalente à heterossexualidade, o que ocasiona o medo de que essa equivalência possibilite o reconhecimento da homossexualidade ao mesmo modo da heterossexualidade, demonstrando assim que o heterossexismo é uma atitude de discriminação, preconceito e ódio contra toda orientação sexual que não seja heterossexual, indicando que a heterossexualidade é superior às demais sexualidade.

Nesse caso, a escola tem um papel fundamental para a criação de um ambiente igualitário e equitativo, acirrando a busca por cidadania e direitos, sendo seu papel romper com as fronteiras do preconceito, seja ele racial, étnico, de gênero ou sexualidade, como estabelecido e proposto para a formação discente, como bem disposto no primeiro artigo da Lei nº 9.394¹³, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Analisando também os Parâmetros Nacionais Curriculares (1996), é possível ver com clareza a orientação dada por essas diretrizes, servindo como referencial para educação fundamental do país, seguindo sua função de orientar coerentemente os investimentos na educação básica e nortear os eixos temáticos de ensino e aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade e socializante. Seguindo a noção de que a educação escolar tem como papel criar condições e formas para que os alunos desenvolvam suas capacidades que possibilitem a construção do conhecimento próprio, e compreensão da realidade, além da inserção nas relações sociais, políticas e culturais diversas, gerando condições fundamentais para o pleno

¹³ Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2022.

exercício da cidadania, para compor uma sociedade plural e democrática, aberta a todos e todas.

Por isso, se fundamenta em uma diretriz importante para a proposta deste estudo observar as intenções na composição do ensino transversal que corresponde a junção do ensino disciplinar, baseado no currículo, com o aporte do ensino transversal, que se encaixa no caráter social das questões emergentes no país ou região, que adentra o ensino de modo interdisciplinar. Logo, a escola cumpre seu papel nos valores sociais, na interação direta entre o cotidiano do aluno e a sua realidade escolar.

Cada estado, e conseqüentemente, cada município, formula seu próprio currículo, adotando as estratégias consideradas adequadas às demandas locais; essas adequações dos currículos locais das escolas públicas e privadas de todo o país, são baseadas nas diretrizes educacionais do Plano Nacional da Educação - PNE e do MEC. Como objetiva a Lei n. 13.005/2014, no Artigo 8º:

Art. 8º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de em 1 (um) ano contado da publicação desta lei. (BRASIL, 2014).

O PNE articula formas de organizar e orientar o ensino brasileiro, juntamente dentro das determinações da BNCC, com o regime de colaboração e união dos estados, governo federal e municípios para solucionar problemas comuns ou apoiar a implementação das políticas públicas, como prevê a Constituição Federal disposto no artigo 211¹⁴, e a LDB, indicando que cabe à União organizar o sistema nacional de ensino e seus Territórios, além de financiar as instituições públicas educacionais.

Mas, cabe aos estados e municípios definirem os caminhos curriculares, algo que não está determinado na BNCC, ou seja, fica a critério do município, o que pode ser posto no currículo e até mesmo no PPP das escolas, para além das determinações gerais, sendo que a exemplo da história local, que permite um ensino que conecta o aluno a sua realidade, provocando interesse, além de adentrar no campo histórico cultural dos discentes e da própria comunidade.

É válido salientar que isso pode ocorrer também no ensino transversal sobre gênero e sexualidade, provocando através do próprio ensino de História, uma ponte com as questões dos discursos históricos enraizados em períodos como a Idade

¹⁴ Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 28 jun. de 2022.

média ou a Ditadura militar no qual “durante o período da ditadura militar no Brasil, várias tentativas de implementação do ensino de sexualidade foram reprimidas” (AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 4), assim como apontou Freire (2010, p. 30) ao observar o cotidiano escolar, elencando que é necessário “estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”.

Em face disso, a proposta para se trabalhar com gênero e sexualidade é descartada, fruto da ausência de investimento e preparo para que os coordenadores e professores saibam trabalhar com esse tema tão sensível e delicado, justamente pela série conjunta de fatores que discriminam a orientação sexual na escola. Nesse contexto, ao afirmar a importância dos conteúdos lecionados, revelando o compromisso da escola com a garantia do acesso aos saberes socialmente elaborados, pois os mesmos devem contribuir para o desenvolvimento da socialização e da cidadania democrática, buscando assim que os conteúdos escolares estejam contextualizados com as questões sociais que marcaram cada momento histórico, atentando-se para as problemáticas emergentes de cada região ou município, evitando exclusões e discriminação.

Os PCN's ainda norteiam os caminhos que o ensino deve percorrer para a formação dos alunos atuantes e socialmente envolvidos na escola e na própria comunidade, sendo que é necessário a adequação ao meio globalizado, diverso em constantes transformações sociais e científicas, cabendo à escola facilitar e capacitar a participação dos jovens nas relações sociais, culturais e políticas.

Ao realizar essa abertura, a escola propicia aos alunos a oportunidade de aprenderem sobre temas excluídos, fundamentando assim a formação de valores e atitudes para com o outro, com temas como: o sexo, a droga, o meio ambiente e a própria saúde, agindo como de fato o cidadão crítico e pensante deve se posicionar para a transformação da sociedade. Porém, dentro de todo esse vasto contexto, é impossível situar os caminhos do ensino, sem contar com as barreiras que dificultam o mesmo, pois é comum no Brasil, o corte de verbas que acaba sucateando as instituições do ensino público, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016¹⁵, que congela os gastos públicos e afetou diretamente a educação, além dos constantes cortes nas verbas direcionadas às universidades e institutos federais.

¹⁵ PEC 241/2016. Disponível em: [prop_mostrarintegra \(camara.leg.br\)](http://prop_mostrarintegra.camara.leg.br). Acesso em: 23 jun. 2022.

Logo, a precariedade da situação dos professores, com baixos salários, pouco assistência educacional, ausência de uma boa estrutura e a negligência dos governantes diante da situação, acabam por complicar e desestimular os profissionais da educação, acarretando na pouca discussão e debate sobre temas importantes socialmente, como a discussão sobre gênero e sexualidade, que ao destacar tal debate, gera ao que Borges R.O; Borges Z. N, (2018, p.10) pensam:

A questão é que, mesmo e apesar de tanto esforço normatizador, alguns escapam à lógica hegemônica e sofrem muito com isso. Sofrem bullying, discriminações, exclusões e violências variadas. A questão a ser observada é que os que defendem a retirada desses temas dos planos acabam sendo coniventes com a manutenção da violência existente.

Ao tratar de tais temas no ambiente escolar, dado o aumento do conservadorismo, a configuração muda conforme há uma troca de governo “ora conservador, ora progressista”. Ou seja, os PCN’s avaliam a situação por completo, abrindo espaço para o debate interno e externo sobre a real situação do sistema público escolar brasileiro, alertando que é necessário todo um conjunto de transformações estruturais, seguido da garantia de uma solidez no que deve ser ensinado e a melhoria salarial compensatória ao magistério.

Outrora, os PCN’s foram criados respeitando as diversidades locais e regionais nos aspectos sociais, políticos e econômicos, ao mesmo tempo em que procura estabelecer uma base comum para todo o ensino fundamental do país, fornecendo caminhos para a implantação desse ensino para todos os jovens, educando-os para a formação dos mesmos como cidadãos conscientes e atuantes.

A Lei Federal nº 9.394/96, no seu artigo 27, determina para a educação básica que “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. Logo, o trecho acima elucida que se deve implementar o ensino com base nas relações sociais, de modo a se trabalhar no contexto da sala de aula, por isso, os próprios PCN’s indicam o ensino transversal como aporte para essa implementação, como já apontado ao longo deste estudo, enfatizamos aqui a proposta para o ensino transversal sobre orientação sexual, que considera que as crianças e adolescentes já possuem noções e sensações sobre o sexo, condições adquiridas em casa por meio da observação e comunicação, sendo assim, a orientação sexual trabalhada na escola, poderia fazer uso desses conhecimentos pré-adquiridos, para que assim os alunos formulem suas próprias opiniões e facilitem seus conhecimentos sobre si,

e sobre a sociedade.

Ao tocar nesse tema, entende-se que é algo essencial, pois a sexualidade está diretamente ligada ao humano, à vida das pessoas, em uma análise que desconsidera ideologias ou valores, mas também não pode entrar em conflito com os mesmos, ao longo das intervenções pedagógicas a sexualidade pode ser amplamente discutida e problematizada, relacionando crenças e tabus, levando informações para a desconstrução dos preconceitos, sem invadir a intimidade dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe: “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (art. 32, 1996), assim a união entre a família, a escola, a comunidade e alunos proporcionam a proximidade entre o respeito e solidariedade, que são pilares da educação cidadã, formando jovens conscientes da diversidade, aliado a conscientização dos pais, profissionais da educação e comunidade, através de projetos e políticas públicas educacionais.

Ao iniciar-se essa discussão, buscando uma formação comum a todos os cidadãos brasileiros, almejando a construção de um ensino uniforme, o Plano Nacional da Educação (2014-2024), sinalizou a formulação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que contemplasse as diretrizes nacionais instituídas na Constituição Federal de 1988, é então que a partir de 2015 emergem tais discussões, no norteamento seguinte:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 7).

Ademais, essa educação básica também insere os alunos, dentro da necessidade dos mesmos em sentir-se inseridos nas dinâmicas do ensino transversal, criando assim um vínculo, com uma proximidade entre o objeto de estudo e a realidade dos alunos, para que se sensibilizem e creditem os debates. Bem como dispostos a LDB e os PCN's, tal como, mais precisamente a BNCC trazem nas suas competências gerais, mais nitidamente na competência 9:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018).

Como bem salientado no documento oficial da Base Nacional Comum Curricular, que estabelece legalmente todas as bases curriculares, e o que deve ser estudado e como deve ser abordado nas escolas do Brasil, no que concerne o Ensino Infantil, Fundamental e Médio, com a função equitativa de formalizar o nível de aprendizagem em todo o país. Ademais, a BNCC sinaliza para um ensino baseado no diálogo, no estímulo ao senso crítico dos alunos, dentro dos comandos da valorização das identidades sociais e culturais, sem preconceitos e discriminações, uma orientação clara, mas ainda distante da realidade, com pouca imposição. A proposta é interessante, mas pouco praticada, enquanto isso, a escola continua a carecer de mais políticas; políticas essas que possam enveredar pelos campos do respeito e da humanização. Atualmente, a BNCC exerce o papel regulador do ensino de forma geral no Brasil, definindo as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo dos anos de ensino.

Assim, a proposta da temática, objeto deste estudo, diante da BNCC é conectada ao ensino de História via suas diretrizes. A própria base deve estimular as ações dos professores e alunos para que sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem de forma constante, implicando em uma ação histórica na relação com os conteúdos, como o exemplo das temáticas pautadas no 9º ano do ensino fundamental, no qual se aborda a história no século XX até o XXI, no qual o aluno relaciona o presente e o passado, formando um conjunto de saberes e conhecimentos a partir da visão de mundo desse indivíduo, seguindo a forte evolução do tempo vivido e protagonizado, estimulando a formação de um cidadão crítico, justo, democrático e inclusivo.

Na análise da etapa do fundamental II do ensino de História verificam-se nas habilidades as determinações para a aplicabilidade dos conteúdos, através dos conceitos de identificar, discutir, analisar, conhecer, explicar, reconhecer e outros mais, que nos ajudam a mediar o conhecimento lecionado em sala de aula, na busca pela estruturação do ensino de história ampliando as possibilidades para o uso desses conceitos na aplicação do ensino transversal.

No entanto, enquanto os PCN's trazem o ensino transversal de forma mais clara e objetiva, a BNCC parece não seguir os mesmos moldes, embora seja o documento oficial, normativo e obrigatório, o mesmo sofreu influências de diversos segmentos para poder ser construído, a exemplo do caráter neoliberal, o que em suma o torna conservador, e isso reverberou dentro do Ministério da Educação

(MEC) que “barrou” a inserção dos conteúdos que possibilitasse uma maior criticidade nos meios sociais, como o ensino sobre gênero e sexualidade, que foi diluído ao longo da sua formulação, pois o interesse maior desse setor é atingir seus próprios objetivos, assim como “a criação de novas regras, acarretando na supressão das diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nos planos de educação em questão, foi possibilitada pelas “cruzadas” de grupos religiosos e atores políticos/religiosos” (BORGES, R.O; BORGES, Z. N, p. 16, 2018).

Apesar disso, no tocante das propostas discutidas e homologadas na construção da BNCC, se orienta da seguinte forma:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 19).

A citação acima situa como o ensino transversal atualmente é nomeado de Temas Contemporâneos Transversais (TCT's), por estar dentro da versão aprovada pelo MEC, registrando como as diretrizes curriculares do ensino atual não podem se dissociar da realidade do aluno, pois como orienta a BNCC, é necessário o ensino humanista e cidadão, que prepare o aluno para a diversidade da vida e do contexto social. Com a aprovação da BNCC em 2018, manteve-se a orientação para o uso dos temas transversais contemporâneos, como referência obrigatória na elaboração dos PPP's e currículos escolares, ao considerar os TCT's como temáticas essenciais na educação básica.

No entanto, mesmo considerando algo essencial, os TCT's não possuem caráter de obrigação direta, o que dificulta sua aplicabilidade, principalmente na falta de objetivação e clareza. Ao tratar-se dessa proposta sua flexibilidade também acarreta a exclusão de temas primordiais para a sociedade, por preconceitos, ausência de debates e falta de abertura para temáticas variadas, ao contrário do ensino obrigatório de fato, como estabelece o Conselho Nacional de Educação (CNE) ao determinar as diretrizes de alguns temas contemporâneos emergentes, tais como normatiza as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) na educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução CNE/CP nº 1/2004; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 1/2012; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – Resolução CNE/CP nº 2/2012.

Outrora, podemos observar a influência do conservadorismo, principalmente no contexto político enfrentado desde 2014 até sua aprovação em 2017. Sendo assim, os governos de centro-direita acabaram por dominar as discussões sobre a BNCC e a incorporação dos PCN's, fazendo uma reestruturação conforme suas determinações aliados aos setores empresariais, tal como cita Macedo (2014), ao indicar que os agentes privados que conduziram o debate, seguiram as seguintes instituições financeiras e empresas: "Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerda, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola" (MACEDO, 2014, p.154).

Por isso, podemos observar que o tema gênero e sexualidade perdeu espaço, sofreu uma série de deformações, bem como temas relacionados à orientação sexual e sexualidade, que para as correntes conservadoras, como a bancada evangélica e as frentes conservadoras, que alegam, segundo Reis e Eggert (2017, p.20):

Criou-se uma falácia apelidada de "ideologia de gênero", que induziria à destruição da família "tradicional", à legalização da pedofilia, ao fim da "ordem natural" e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para "apagar" o assunto gênero do currículo escolar.

O reforço dado por esse conservadorismo afeta diretamente as diretrizes curriculares atravessadas por contextos políticos, pelas empresas privadas e demais setores que acabam interferindo na formação do ensino.

Logo, os temas transversais que compõem os PCN's se dividem em seis áreas de atuação - saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo -, efetuando assim ações em campos de forma mais geral, algo que foi criticado por grande parte do educandos da época, deflagrando em ações contrárias à sua obrigatoriedade, mantendo as discussões a respeito do ensino transversal, cenário adverso que gerou em 2017, na mudança para os TCT's, que por sua vez, transformou as configurações em seis áreas - meio ambiente,

economia, saúde, cidadania e civismo, multiculturalismo, ciência e tecnologia, que agrupam em 15 microáreas de atuação¹⁶ -, que ignoram o ensino ou qualquer orientação sobre sexualidade e questões mais ligadas ao social, mas abusa em temas envolvendo o consumo, trabalho, e questões menos sociais; saindo do norteamento mais cidadão para uma conjuntura mais consumista e pouco crítica, o que indubitavelmente ocasiona diversas problemáticas negativas, principalmente em temas que envolvem gênero e sexualidade, gravidez precoce, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e entre outros.

Seguindo esta análise, nota-se a influência do setor privado na BNCC, através do Movimento Pela Base¹⁷, aliando-se aos meios conservadores, a participação das escolas privadas dispõem das prerrogativas na defesa de um ensino mais focado no mercado financeiro e de trabalho, demarcando os TCT's nas linhas que envolvem questões econômicas e pouco sociais, o que evidencia o período em que a BNCC foi produzida, no contexto do governo do então presidente Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pertencente ao regime neoliberal, ligado às decisões envoltas no seu governo a grupos que colocaram as propostas relacionadas aos temas da sexualidade no campo do determinismo biológico, rompendo com a ideia de transversalidade propostas até então nos PCN's.

Tampouco se aplica às ações voltadas ao ensino de sexualidade, como identidade gênero, indo contra as noções sociais abarcadas pelos PCN's, e com o ensino indicado nas competências gerais da BNCC, o que nos intriga e nos provoca uma reflexão sobre o atual momento de ascendência do fascismo, estruturado nas prerrogativas do extremismo que respinga na rede nacional de ensino básico, como fica claramente demonstrado nas ações de parlamentares como o senador Magno Malta, ao lançar em 2016 o projeto de lei no senado nº 193/2016 “Escola sem Partido” - que projeta um ensino sem a doutrinação ou interferência ideológica dos professores nas temáticas políticas, além disso, assegura “um Estado que se define como laico — e que, portanto, deve ser neutro em relação a todas as religiões —

¹⁶ Disponível em: [caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf](#) (mec.gov.br). Acesso em: 19 jul. 2022.

¹⁷ No apoio institucional ao Movimento pela Base, estão as instituições Cenpec, Comunidade Educativa-Cedac, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho e Instituto Ayrton Senna. Essas instituições também fazem parte do Movimento Todos pela Educação. (PERONI; CAETANO, 2015).

não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

O projeto demonstra um sério desconhecimento da produção científica a respeito do tema, principalmente ao associar a moral à religião interferindo diretamente nas questões básicas do ensino. Apesar de encerrada a tramitação por inconstitucionalidade, políticas como essa buscam escassear ainda mais o debate político em sala de aula, indo contra a estrutura pensada para a formação de um aluno crítico e pensante, como traz as normativas da LDB, PCNs e os DCNs e BNCC, e permitem a abertura de outros projetos no mesmo seguimento.

Por outro lado, vemos as temáticas relacionadas à sexualidade sendo remanejadas para o campo da disciplina de ciências, com a incorporação de um caráter higienista e biológico, tramitando em temas como “sexo biológico”, sem analisar as questões da identidade sexual, nem indicar diretamente as inúmeras possibilidades de se trabalhar transversalmente o ensino sobre a sexualidade, limitando a discussão apenas em uma disciplina, sem explorar as áreas das ciências humanas, em campos de ensino como a história, que poderia trabalhar diversas questões que perpassam seu saber e ainda cultivar a desmitificação das crenças na superioridade de gênero ou sexualidade “normal e anormal”.

Nessa perspectiva, dialogando com as noções de Gramsci (1978), compreende-se como o “estado ampliado” em contextos gerais, remetendo ao estado social, civil e político que segue uma relação conjunta e organizada politicamente a partir da classe dominante, que exerce uma hegemonia em massa sobre as organizações sociais da sociedade (igrejas, escolas, estatais, meios de comunicações e outras.). A sociedade e suas organizações sofrem influências das classes dominantes por meio da estrutura política brasileira expoente, o que nos reverbera mais amplos esquemas de interferências na construção daquilo que é determinado para o consumo da mesma, isso reflete na educação, e refletiu mais drasticamente no momento de construção e vigência da BNCC, fazendo com que as composições citadas acima se configurem.

Na formação da BNCC, centralizamos nosso debate no Ensino Fundamental II, focando no campo do Ensino de História voltado ao modelo interdisciplinar e transversal, assim podemos refletir sobre algumas lacunas. Como já citado nesta pesquisa, o fundamentalismo moral e religioso atingiu a BNCC e seus pilares, principalmente na radical mudança entre a primeira e a última versão, isso se

expressa com a retirada dos conteúdos críticos e ligados à sexualidade. Bem como com a retomada do modelo de ensino por competências, ao qual a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) comentar:

Preocupante também a retomada de um modelo curricular pautado em competências. Esta 'volta' das competências ignora todo o movimento das Diretrizes Curriculares Nacionais construídas nos últimos anos e a crítica às formas esquemáticas e não processuais de compreender os currículos (ANPED, 2017).

Esse modelo desconsidera os elementos sociais e políticos elementares no processo de aprendizagem, dificultando a inserção do ensino sobre sexualidade e suas premissas. Ressalta-se as Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental, que não objetiva nenhuma competência ao ensino sobre gênero e sexualidade ou sequer cita algo endereçado a diversidade, tocando na perspectiva do respeito e inclusão na competência 4, que diz:

Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018).

A desconsideração das temáticas de sexualidade seguem reforçando os velhos paradigmas do ensino eurocêntrico voltado ao ensino mais tecnicista e menos crítico, fato que se atrela ao contexto atual. As considerações sobre o corpo são ligadas às questões higienistas, ao que segundo César (2009), a história da educação sexual, no Brasil, já foi permeada pela centralidade de uma moral higienista, quando o assunto era, e ainda hoje é, educação sexual. É de fato um tabu falar sobre sexualidade, falar sobre as genitais, mesmo se tratando do fundamental II, que consiste em pré-adolescentes.

Isso mostra as contradições que a BNCC acaba por recair, pois a mesma se coloca como respeitadora dos diferentes, incluindo as diferenças sociais e culturais, mas não integra de forma clara os grupos nos quais ela se dirige, como nota-se no trecho abaixo sobre o Ensino Fundamental:

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. (BRASIL, 2018, p. 61).

Ao falar em temas contemporâneos, podemos questionar a não existência, ou a retirada dos temas envolta da sexualidade, e mais, podemos indagar a concentração

desse debate apenas na área das ciências Unidade temática – Vida e evolução (BRASIL, 2017), excluindo o debate na área de humanas, tendo em vista que poderia se implementar o ensino transversal, com a condução na BNCC. As reflexões ecoam ainda mais forte ao apontarmos que em toda a BNCC a palavra sexualidade é citada por cinco vezes, e todas no âmbito da ciência (biologia), desconsiderando o caráter social da sexualidade, como é mencionado na BNCC:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (BRASIL, 2018 p. 327).

Nesse sentido, a condução da sexualidade segue culturalmente sendo relacionada ao prazer, ao biológico, contribuindo para a não discussão do tema na escola e na família. Logo, fica a cargo da escola debater sobre sexualidade nas aulas de biologia, e na família esse debate é mais escasso e quando ocorre, acaba por reforçar os preconceitos existentes:

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

A segunda versão da BNCC adentrou de forma mais completa nas questões de gênero e sexualidade, procurando suprir as demandas de um ensino cidadão e inclusivo, como situa Louro (2009), assegurando um ensino diversificado e plural, em consonância com a emergência do tema sobre gênero e sexualidade. Isso porque no Art. 26 da LDB nº 9.394/1996, as instituições de ensino podem incluir as questões de orientação sexual como uma disciplina na parte diversificada, assegurada legalmente e alicerçada pelas necessidades que o ambiente escolar tem contemplado.

Isso é possível devido ao direito legal que estipula uma abertura para que a escola garanta a criação de mecanismos pedagógicos seguindo a necessidade da realidade da comunidade. A garantia desse ensino não é de fato assegurada pela BNCC, mas é possível de inserir, a depender das demandas prioritárias da comunidade escolar. Maia (2004, p. 153-154) problematiza da seguinte forma:

As questões do acesso à orientação sexual e a discussão da saúde e da sexualidade deveriam ser um direito assegurado a todas as pessoas. Esse direito deveria ser incluído nas propostas educativas em diferentes instituições educacionais e estendido a todos os cidadãos, não como um favor feito para indivíduos à parte do contexto e do grupo social, numa dada cultura, em que o sujeito vive, mas sim como consequência da luta das minorias excluídas e por isso com uma dimensão histórica e social.

Compreende-se que a BNCC deveria contemplar uma gama de conteúdos que serviriam para inserir no ensino transversal, principalmente na disciplina de História, tendo como foco o social e cultural, com temas como gênero e sexualidade. A intencionalidade dos Temas Transversais é exatamente essa, levar para o ambiente escolar situações sociais que merecem discussão como uma estratégia de contribuir com tamanha relevância (BRASIL, 1997).

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PEDRA LAVRADA - PB)

Ao enveredamos nesse campo pedagógico é importante observarmos a composição do mesmo, sendo ele uma ferramenta imprescindível para a definição das áreas de ensino da instituição, além das metodologias, valores, e por conter o planejamento escolar, norteando os caminhos e definindo a identidade da escola de forma clara e objetiva. Segundo Libâneo (2004, p. 56) o Plano Político Pedagógico - PPP é “o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”.

O PPP também é guiado pelas diretrizes do ensino, cabendo ao mesmo manter um perfil democrático e atento às contemporaneidades, ou necessidades do ensino de cada região, estado ou município, acatando àquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB determina na Lei nº 9.394/06¹⁸, no artigo 12, inciso I - “orienta de forma obrigatória, que os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica de acordo com as diretrizes de ensino”. Esta referida Lei orienta às instituições a elaborarem seus PPP's, para que sirvam de base para a distribuição dos conteúdos, projetos e práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na instituição, ao mesmo tempo em que obedece às diretrizes da LDB.

A Lei nº 9.394/06, em seu artigo 13, ainda orienta os docentes a participarem da elaboração da proposta pedagógica do ensino, assim como seguir as determinações desta proposta, colaborando com pais, comunidades e instituições, ao passo em que o professor tem um papel fundamental na articulação e planejamento das ações pedagógicas de ensino, sendo assim, sua participação na elaboração do PPP é de protagonismo.

O PPP tem como objetivo potencializar as ações do ensino, a fim de melhorar o desempenho das instituições para conseguir concretizar suas metas e objetivos, o que compreende uma ação de grande esforço da instituição, comunidade e corpo docente para construir e se aprofundar no campo educacional. O plano se articula em três eixos: flexibilização, avaliação e liberdade. Visando a autonomia da escola em organizar seu trabalho pedagógico, a avaliação dos diversos níveis de ensino público e a liberdade que se insere em cada sistema de ensino, permeando o

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 29 maio 2022.

pluralismo das ideias pedagógicas e da proposta de gestão democrática do ensino público.

Nesse sentido, o PPP é uma diretriz documental que visa a formação crítica dos alunos na sua conjuntura política social, na aplicabilidade das atividades referentes à aprendizagem e ações sociais, bem como salienta Veiga (2004, p. 12) ao afirmar que: “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”.

Logo, o PPP deve alinhar-se às proposituras do social na busca por um ambiente escolar que forneça ao corpo discente as melhores condições visando à qualidade do ensino. A escola por meio do PPP busca implementar o ensino didático, cidadão, democrático e social, organizado e bem articulado, agindo nos setores sociais, educativos, políticos e pedagógicos; o mesmo também exerce a função de planejar e propor ações educacionais dentro da realidade de cada escola.

Focando precisamente no objeto deste estudo, destacamos a temática da sexualidade no advento das propostas do PPP com base nos paradigmas educacionais abarcados pela história social, possibilitando novas maneiras de organizar os modos de pensar e agir na educação fundamental lavradense.

4.1 “Conscientizando no presente para um futuro melhor”: Projeto Político - Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elenita Vasconcelos de Carvalho

A escola possui sede localizada na Rua Heronides Meira de Vasconcelos, nº 265, centro na cidade de Pedra Lavrada - PB, sendo elaborado pela equipe gestora da escola no ano de 2021, onde a equipe é composta por um Diretor, uma Coordenadora Pedagógica, um Orientador Pedagógico e dois Secretários. No qual visa reconhecer suas singularidades e sua identidade na construção do conhecimento e fortalecimento do vínculo entre o ensino e a diversidade social.

O PPP atualizado em 2021 da Escola Maria Elenita apresenta a seguinte composição: 1 - O diagnóstico (histórico da instituição, corpo administrativo, contextualização socioeconômico e cultural da escola); 2 - Concepções (definição da missão e o que a escola almeja); 3 - Priorização das Necessidades da Escola e o que ela prioriza; 4 - Plano Estratégico da Escola (objetivos, metas e estratégias); 5 - Avaliação do PPP.

Nos debruçamos sobre todos os pontos, focando na análise mais geral das determinações de cada um, observando as que vão de encontro ao nosso objeto de análise, tendo em vista que a escola segue o Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB). A Dimensão Jurídica do PPP (2021, p. 8), sinaliza que:

A escola é regida pela legislação vigente, considerando a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Deliberação no. 01/99 do Conselho Estadual de Educação da Paraíba.

Entendemos que a partir disso, a análise partirá do que a própria escola se norteia para o ensino da cidadania e inclusão, a partir das determinações da LDB e PCN's, tendo em vista que a proposta pedagógica da escola é:

A Proposta Pedagógica da escola está embasada na Matriz Curricular Estadual e nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, com conteúdos de ensino que facilitam a constituição 9 das competências e habilidades valorizadas pela Lei das Diretrizes e Bases – LDB. (PPP, 2021, p. 8-9).

Com base no que abrange o PPP 2021, o compromisso pedagógico da escola se articula entre a LDB, os PCN's e a 9ª Competência Geral da BNCC. Assim, verificamos que embora sejam citadas tais competências, elas não aparecem de forma clara e objetiva ao longo do PPP, o que dificulta o entendimento e o que de fato a escola pretende. Neste sentido, o documento deve propor a seguinte dimensão política pedagógica, seguindo o pensamento de Veiga (2001, p. 82):

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto.

Ao correlacionarmos o pensamento de Veiga (2001), com a análise do PPP, notamos que o mesmo se encontra com deficiências ao longo da sua proposta, ao avaliarmos a necessidade de uma proposta de **ensino transversal mais completa e detalhada**, que contemple além de projetos esportivos, rodas de leituras e desfiles cívicos, adentrando no ensino sobre gênero e sexualidade que sequer é mencionado no PPP, embora faça parte das orientações da LDB no que concerne o ensino da cidadania, respeito e igualdade, e das Propostas de ensino transversal dos PCNs (1996)¹⁹. Para corresponder aos propósitos explicitados nestes parâmetros, a

¹⁹ Todas as definições conceituais, bem como a estrutura organizacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais, foram pautadas nos Objetivos Gerais do Ensino Fundamental, que estabelecem as capacidades relativas aos aspectos cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atuação e de inserção social, de forma a expressar a formação básica necessária para o exercício da cidadania. Essas capacidades, que os alunos devem ter adquirido ao término da escolaridade obrigatória, devem

educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1997, p. 63).

Assim é notório que o PPP (2021) apesar de ser bastante atual, não se relaciona com as perspectivas que regem o ensino sobre sexualidade emergente, no qual se preocupa em pôr na prática as visões mais amplas do contexto da cidadania e do que rege a 9ª competência da BNCC²⁰ ao passo que este ensino deve englobar o acolhimento e valorização da diversidade social e cultural, suas identidades sem qualquer tipo de preconceito. O que aparentemente não se cumpre essas determinações, como o mesmo alega fazer no âmbito pedagógico.

Em face disso, notamos que uma das possibilidades seria justamente atualizar o PPP de acordo com a realidade social do sujeito/aluno, o que corresponde ao mesmo a entender seus processos de formação, sua vivência e sua cultura de forma crítica e reflexiva. Logo, isso é possível ao relacionar o ensino cidadão ao contexto da história social, como orienta, ao falar Seffner (2009, p. 120) e Pereira (2009, p. 120) sobre o que pode o ensino de história:

A dedicação ao estudo da história na escola não consiste em mero diletantismo, mas em compreender a si mesmo e a sua sociedade e, sobretudo, acumular conceitos para ler a própria realidade, e criar novidades, formas novas de intervenção na sociedade, novas práticas sociais, novas realidades. (PEREIRA, SEFFNER, 2009, p. 120)

De modo geral, a escola por meio do seu PPP pode trazer aos alunos um ensino com foco histórico social, ao que se refere à sexualidade, podendo ser multidisciplinar contemplando diversas temáticas que fazem o elo entre ambos. Isso pode estar presente no PPP como uma forma de integrar o respeito à diversidade e a compreensão dos fatores históricos que os rodeiam. Ainda na perspectiva de Seffner e Pereira (2009, p. 120) ao argumentarem que:

Na base desses objetivos, está o pressuposto de que a escola forma cidadãos, não historiadores. Forma sujeitos capazes de historicizar a própria vida e de, como consequência, promover rupturas e pôr em suas mãos os destinos da sua cidade, da comunidade, da região. O acúmulo de conceitos históricos serve para tornar os estudantes sujeitos capazes de produzir opiniões e de considerar soluções políticas para os problemas do seu tempo.

receber uma abordagem integrada em todas as áreas constituintes do ensino fundamental. A seleção adequada dos elementos da cultura — conteúdos — é que contribuirá para o desenvolvimento de tais capacidades arroladas como Objetivos Gerais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997).

²⁰ 9ª Competência Geral da BNCC - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018)

A conformidade entre ensino e o contexto histórico deve ser considerada como de extrema relevância para o ensino cidadão desejado. Conforme indica o PPP (2021), na sua concepção sobre a escola que queremos na educação: “Acreditamos que a Educação é o pilar de toda a sociedade, haja vista que oportuniza o educando a desenvolver e praticar atos de cidadania no contexto social em busca de uma melhor forma de vida.” Com isso, nos preocupamos novamente com a ausência de uma indicação mínima de como a escola pretende fazer isso, nos fazendo entender que essas práticas vinculam-se apenas a questões sem profundidade ou ações superficiais.

É preciso verificar ainda os meios e métodos que a instituição pretende utilizar para obter êxito na proposta educacional. O PPP ainda segue tratando dos seus objetivos, como nas competências da aprendizagem e do cidadão, empregam-se no próprio papel da escola que consiste na preparação intelectual e moral dos educandos para assumir seus lugares de cidadãos na sociedade. Compreende-se que a escola abarca a diversidade e se preocupa com as problemáticas transversais, para que assim possa cumprir sua missão de “[...] ampliar os conhecimentos gerais estruturar os conhecimentos científicos dos nossos alunos, bem como formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade na qual está inserido” (PPP, 2021, p. 10).

Seguindo na nossa análise do PPP da escola, observamos em seguida o que o mesmo define como prioridade na dimensão pedagógica indicada pelos professores e funcionários, que apontaram sugestões para melhorar o desempenho, e assim foi estabelecida como prioridade máxima as “Práticas Pedagógicas” que visam adotar metodologias que motivem os alunos a uma aprendizagem mais eficaz. O PPP novamente volta à indefinição, não objetivando e indicando suas ações para fornecer o suporte aos profissionais, articulando também à noção da necessidade da formação continuada, que no PPP da escola aparece como prioridade moderada, ao passo em que a instituição acaba por não oferecer essa formação para melhorar o desempenho dos professores, e conseqüentemente, melhorar as práticas pedagógicas. O terceiro ponto é montar estratégias para diminuir a evasão escolar, que no tocante do nosso objeto que aparece ligado ao preconceito.

Acredita-se que o PPP precisa articular melhor as metodologias no enredo da nossa discussão sobre sexualidade, podendo mostrar de forma evidente como fazer

e o que fazer, em uma elaboração que objetive o que se pretende e, não apenas subjetiva ou apenas argumente de forma rasa. As propostas do PPP não se situam dentro da realidade, pois uma escola transpassada por um “*modos operantes*” ainda muito ligado ao ensino tradicional, ou seja, sem uma abertura segura as novas noções de ensino, que siga as necessidades dos jovens que lá estudam, buscando temas que englobam os alunos pela inquietação, como um modo de educar revolucionário. Sobre as possibilidades de alinhar os conteúdos da história com as questões de gênero e sexualidade, Seffner (2021, p. 433) destaca que:

História do corpo; história da virilidade; história e histórias das mulheres; história das reivindicações feministas desde a luta pelo direito ao voto e mesmo antes; história do casamento e do amor; história da sexualidade; história do amor romântico; histórias da vida privada; história da prostituição; história da maternidade e dos cuidados maternos; história das paternidades; história da infância e da adolescência; história da educação física; história dos esportes, esses sempre muito generificados com disputas separadas para homens e mulheres; história das doenças sexualmente transmissíveis de antigamente, em especial a história da sífilis; história dos métodos de evitação da gravidez, que tem registros desde o Egito Antigo; histórias das relações homoeróticas em diversas sociedades antigas, o que não se confunde com a homossexualidade atual; história do movimento homossexual no mundo e no Brasil com a criação dessa identidade; história da AIDS e seus impactos no cenário da sexualidade contemporânea; história dos travestismos; histórias dos carnavais e das tradições de homens vestirem-se de mulheres; história das olimpíadas e das decisões dos últimos anos em relação a atletas trans; histórico do desempenho das mulheres nas olimpíadas e em outros jogos, mostrando que as diferenças de gênero vêm perdendo força.

Há uma variedade imensa de temas transversais que podem fazer parte dos temas trabalhados em sala de aula, que fomentam o debate, podendo contemplar preconceitos, suas origens e raízes, desconstruindo estereótipos e ainda desfrutar de uma gama de conteúdos históricos imprescindíveis para o arcabouço teórico e cultural dos alunos. No mais, são temas que na maioria das vezes despertam o interesse dos alunos, permitindo ao docente se aproximar do ambiente e das minorias existentes na sala, imprimindo o ensino diverso e inclusivo, estimulando os mesmos a se apropriarem das suas histórias, ao que Eduardo Galeano nos faz refletir de forma intensa com o seguinte trecho: “até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador” (GALEANO, 2002, p. 63).

A identificação e situação desse debate precisa ser abordado, principalmente nos princípios das “atividades culturais, e nas palestras para aumentar a autoestima dos alunos e divulgação do regimento escolar”, como disposto na Dimensão Pedagógica indicada pelos alunos, que recorrem a esse tipo de proposta devido a

escassez de atividades voltadas a toda a comunidade escolar, principalmente que inclua as minorias. Isso é outra falha recorrente na elaboração deste PPP, ao não situar as minorias no campo de ação da escola, efetivando um processo social de exclusão, onde os mesmos não se sentem representados e nem tão pouco visto, o que pode acarretar na evasão escolar, ligado às questões da LGBTfobia e até mesmo uma certa negligência da escola frente a esse debate.

Os próprios alunos indicaram suas prioridades na dimensão pedagógica e a escola no seu Plano Estratégico, que fornece os objetivos e metas da escola, buscando desenvolver a formação cidadã dos educandos e fornecer meios para os mesmos progredirem no trabalho e nos estudos posteriores, promovendo a integração entre a escola e a comunidade. Entretanto, o plano não expande essa visão, sem que haja a elevação dessa aproximação para além das reuniões entre pais e mestres ao final do bimestre ou em datas comemorativas. Na verdade, é observada a ausência de um plano de integração mais cultural, aberto a convidar os pais a também interagir com outras realidades dentro da escola, o que acarreta uma disfunção na contribuição que essa integração pode ofertar.

Esse processo de aproximação entre a família e a escola serve também para delimitar as mais variadas ações que a escola precisa ter, bem como sua autonomia e discernimento para conseguir desenvolver os conteúdos adentrando na formação do contexto social do aluno, possibilitando desconstruir deformidades que os mesmos carregam devido o senso comum, ou crenças familiares, por isso, Seffner (2021, p. 431), nos promove a seguinte condução sobre o tema:

Na escola, a criança ou o jovem vão tomar contato com conhecimentos que não são aqueles estritos do universo familiar. Não se vai à escola para repetir o que se aprendeu em casa; o ingresso na escola assinala uma lenta transição entre a esfera doméstica e a esfera pública. A escola apresenta o que a tradição científica convencionou consolidar sobre os temas e se vale de estratégias de aprendizado que comportam debates, réplica, argumentação, pesquisa em fontes autorizadas, exercícios de escrita, cruzamento de dados, inserção em uma tradição científica.

É necessário que os pais estejam inseridos nessa apresentação dos temas, para evitar os possíveis conflitos entre o conhecimento prévio do aluno adquirido no seio familiar e os debates sobre as questões de gênero e sexualidade. Mostrar aos pais a importância das discussões sobre sexualidade, as problemáticas que a escassez do mesmo pode acarretar é fundamental. O PPP ora analisado não traz esta discussão, assim como não aborda a mesma, embora cite nos seus 5 eixos principais as ações do contexto social cidadão.

Por último, na análise do referido PPP, verifica-se que há uma abertura para que os alunos e a comunidade possam fazer sugestões, fazer críticas e apontar caminhos, até mesmo reuniões e entrevistas são realizadas para promover a melhoria do PPP. Nesse sentido, o PPP da escola é democrático, o que facilita ajustes e críticas, melhorias e condições para que os alunos se posicionem, mas novamente não é um processo que mostra o “como fazer”, ou se a escola cumpre tal demanda.

A análise do PPP demonstra que existe uma desarticulação entre a realidade geral e as finalidades assumidas no mesmo. Nota-se a ausência de estudos na elaboração, certo desconhecimento sobre as diretrizes que servem como base para sua elaboração, e as propostas contidas neste documento. Portanto, existe uma intenção para articular o ensino ao contexto social no qual os alunos estão inseridos, mas essa articulação ainda se limita ao contexto dos projetos, não intercala um ensino interdisciplinar e transversal ao conteúdo que os alunos estão estudando, assim “naturalmente os projetos são atividades importantes no cotidiano escolar, mas acabaram ficando isolados, restritos em atividades complementares que estavam desvinculados do currículo adotado pela instituição” (BORCK, 2014, p. 9).

4.2 Propostas e perspectivas para o ensino transversal sobre gênero e sexualidade

É válido, depois desta análise, que possamos apontar possíveis caminhos e propostas de intervenção para que as formas de ensino discutidas nesta pesquisa sejam colocadas em prática na sala de aula. Inicialmente, é válido ressaltar que o discurso precisa se alinhar à prática. A escola precisa aprofundar-se em suas propostas no PPP, inclusive deixando mais claro as ações.

Pensamos primeiramente na questão dos preconceitos que serão enfrentados, tanto por meio da escola quanto por pais e alunos, e desenvolvemos uma maneira de tratar de tais assuntos. *A priori*, é necessário levar o tema para a escola e apresentá-lo minuciosamente as possibilidades de trabalhar com o mesmo, apresentando a equipe pedagógica da instituição, e em seguida trabalhando a relação com a comunidade escolar.

Antes disso, situar o campo de intervenção é pensar como a sociedade vê a sexualidade, assim é preciso desconstruir parte desse imaginário social, mostrando

ao corpo escolar e a comunidade que há outra visão sobre essa temática, que não aparece no currículo, pois foge do interesse da sociedade em geral. O currículo sofre isso, e assim as minorias ficam à margem do que é visto como natural/normal:

Os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência serão tomados como “minorias” e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos “marginalizados” continuam necessários, já que servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam. (LOURO, 2004, p.28).

A preocupação é demarcar o lugar dos sujeitos, e a sexualidade serve como base para isso, ao que a sociedade julga como normal a heteronormatividade e anormal tudo que não for heteronormativo. Por isso, é preciso ter cuidado ao abordar essa temática, sendo sua inserção de forma gradual, com a participação de todos, para que haja uma modificação desse imaginário, para que os sujeitos acolham o diferente e entendam que essas pessoas sofrem com os preconceitos eminentes, para tanto, se faz pertinente o trabalho coletivo da escola com a equipe de Psicopedagogia e Serviço Social.

Compreende-se que o ambiente escolar é bastante diverso, seguindo a própria comunidade, o que revela a probabilidade ainda maior dessa segregação na escola, ao passo que:

[...] a imprescindibilidade de uma intervenção contínua e sistemática que vise não somente promover o respeito às diferenças, mas também a inclusão efetiva da diversidade sexual no contexto escolar e a desconstrução das práticas homofóbicas. Isso serve de alerta para a necessidade de que os/as educadores/as sejam sensibilizados/as e preparados/as para que possam fomentar o reconhecimento e acolhimento da diversidade sexual (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015, p.75).

Refletir sobre esses aspectos, entender as necessidades e dificuldades é o papel principal no enredo desta proposta, para torná-la possível, dinâmica e efetiva para desconstruir as práticas da LGBTfobia. Enveredar por esse caminho não é algo simples, por isso adentrarmos nas propostas de intervenção.

No primeiro momento de apresentação da temática é necessário explicar como será desenvolvido o “projeto” dentro de sala de aula, algo que pode ser feito em dois encontros de 2h cada no intervalo de duas semanas. A proposta corresponde à inserção transversal do conteúdo por meio da formação continuada dos professores, através de cursos e eventos sobre a temática, bem como um grupo de estudos e debates sobre as questões de gênero e sexualidade na própria instituição, o qual convidaria pessoas do movimento, profissionais, pesquisadores

sobre o tema, além de criar uma aproximação entre os professores dos alunos já autodeclarados LGBTQIA+ da mesma, os inserindo neste grupo.

Neste ponto, a preparação é mais demorada, pois vai exigir a montagem de um núcleo de desenvolvimento e divulgação do projeto, além do preparo das diretrizes do grupo e das linhas de pesquisa, podendo durar de 15 a 20 dias, a depender da demanda escolar e da disponibilidade, com encontros semanais de 1h30min cada.

Feito isso, em um primeiro encontro seria interessante que fosse realizado um momento de sensibilização com os pais, alunos (8º e 9º ano do fundamental II), professores e coordenação/direção. A sensibilização seria feita com a exibição do filme "*Orações para Bobby*", um longa-metragem que após sua exibição, seria feito algumas provocações que seriam retornadas nos outros dois encontros semanais subsequentes, com tempo médio de 1h cada. O filme é baseado em fatos reais que fala sobre a homossexualidade, família e religião; o filme apresenta a história de Bobby Griffith, que aos 20 anos tirou a vida por não conseguir seguir preceitos religiosos impostos pela mãe.

A família transforma-se em ativista pelos direitos da população gay, a mãe de Bobby via a homossexualidade como uma doença, que podia ser curada pela fé, a partir daí a vida de Bobby junto aos pais se torna insustentável, e ele muda para outra cidade, mas não consegue seguir em frente porque continua se sentindo culpado por não ter contato com a sua mãe, e bastante atormentado ele tira a sua vida, mas deixa um diário onde ele conta a visão condenatória da igreja e as causas para ter tomado essa decisão.

Com o grande impacto da notícia, a mãe dele se torna uma ativista da causa, levando-a a abandonar as ideias intolerantes professadas por sua religião. Ingressa em uma associação civil que reúne pais, família e amigos em defesa ao respeito de lésbicas e gays, e lança um livro contando sua história. O objetivo é que a publicação sirva de alerta para que os pais compreendam a situação de seus filhos, não permitindo que sua sexualidade seja motivo de distanciamento ou críticas.

Diante disto, se faz pertinente pensar este momento de sensibilização conduzindo os presentes a reflexões sobre as consequências dos atos discriminatórios, na importância da rede de apoio, na importância de se ter um refúgio e ser um refúgio. Depois da exibição do filme, a proposta seria a abertura de um debate e de dúvidas acerca do tema para o desenvolvimento desse projeto.

A estrutura dessa proposta deve se alinhar ao cronograma escolar e pode se efetivar nos eventos que a escola organiza. Outra possibilidade é para as escolas em tempo integral, ou aquelas que possuem aulas complementares e grupos de estudos, através de uma eletiva que traz a proposta de intervenção pedagógica que segue um cronograma de aulas planejadas, ambos devem tratar do contexto social, situar e discutir os conceitos de gênero, sexualidade, etnocentrismo, estereótipo e as múltiplas diversidades culturais, promovendo a discussão sobre o respeito à diversidade, explicando o que a mesma é. No fim do primeiro módulo abre-se uma discussão acerca do papel da escola frente à promoção das desigualdades, questionando os alunos.

Em um segundo momento, já contando apenas com interação só com os alunos e interessados, a discussão seria sobre os conceitos de gênero, abarcando a luta feminista por direitos, o contexto histórico, a Lei Maria da Penha, a desigualdade de gênero, a relação família-escola, e como esses conceitos são vistos socialmente, problematizando-os e questionando o papel da escola, dos sujeitos e a promoção dessa igualdade e luta por direitos. Este momento se daria em dois encontros de 1h cada. No terceiro momento é a vez da discussão sobre sexualidade, definindo seus conceitos, as visões que o cercam, conceituando orientação sexual e sexo biológico, as definições modernas sobre a sexualidade e a promoção do respeito e da auto aceitação para com sua orientação sexual, a história do Movimento LGBT no Brasil, algo pensado inicialmente para três encontros subsequentes, com a duração de 1h cada.

No quarto momento será debatido tanto o que foi exposto quanto sanar as dúvidas com os alunos. Neste encontro os alunos levarão uma pesquisa realizada sobre alguém da comunidade LGBTQIA+, que venceu os preconceitos, a ignorância e toda a carga que a sociedade impõe sobre eles. Portanto, também será um momento de exposição das dúvidas e fortalecimento da noção de que a homofobia é crime e porque se tornou crime, onde duraria 1h30min.

No quinto momento, será realizada uma palestra para os alunos, além da comunidade, com uma pessoa do meio LGBTQIA+ falando sobre a importância desse debate, como foi a sua experiência durante a vida escolar (fundamental e médio) e como ele (ela) enxerga essa proposta e esse debate na sala de aula. Com isso, os alunos poderiam fazer perguntas e após sua fala que seguiria o eixo dos impactos que a homofobia trouxe negativamente, e como o mesmo superou, com

duração de 1h.

O trabalho inicial foi pensando em média para ser realizado entre 12 a 20 horas de projeto subdividido entre 1h ou 2h semanais, mas essa carga horária pode ser readaptada à realidade da escola, bem como o período que deve ser realizado, pois se trata de um plano geral, assim como bastante flexível, pois o intuito é promover a discussão e o debate, alinhando as questões de gênero e sexualidade, ao modo que os alunos e a comunidade possam compreender a necessidade e a importância desta discussão, ativando as práticas de empatia e respeito, que são essenciais para o ensino cidadão efetivo.

Essa proposta deve ser realizada anualmente, com possíveis readaptações, mas mantendo o rigor básico para cumprir o eixo do projeto, vinculando ano a ano a inclusão transversal das temáticas sobre sexualidade, pois não é suficiente apenas uma vez, mas sim um programa vitalício, que colabore com diversas turmas e gerações, focando na mudança e transformação da realidade atual. Por isso, uma das propostas é a criação de um núcleo e de um grupo de estudo, que ativamente forneça pautas e abra espaço para a expansão e manutenção dessa proposta.

Dessa forma, concluímos a apresentação de uma proposta de intervenção pedagógica, com o intuito e expectativa de que o conhecimento construído neste processo seja edificante para cada aluno, pais e escola por onde esse projeto passar e for desenvolvido.

A escola deve respeitar a diversidade humana. Isso inclui o gênero e a diversidade sexual. Sabe-se que a educação não é um ato neutro, que há relação estreita entre o que cada um pensa e a sua prática pedagógica. Esta é amparada por uma teoria, mesmo que inconscientemente. A educação é sempre uma ação política, portanto o gênero e a educação sexual devem fazer parte do currículo escolar desde a infância. Porém, este currículo deve ser planejado, assumido pelas/os professoras/es de forma a discutir os conhecimentos sobre esse assunto, sem preconceitos e discriminações. (GAGLIOTTO, 2009. p.18).

Construir a igualdade de gênero na escola é evitar que processos de discriminação ocorram; entretanto é importante que seja praticada desde os primeiros anos da vida escolar. A participação do professor é necessária para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reproduzidor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades, pois sabemos que a escola contribui de forma significativa para a manutenção dos padrões estabelecidos na sociedade.

Ressalto que essa pesquisa é apenas uma indicação inicial, que mudará conforme as novas necessidades do ensino transversal, por isso é necessário se atentar às modificações que serão necessárias, ou até mesmo outros modelos de propostas. É importante que ano a ano essa, assim como outras propostas, sejam avaliadas e repensadas na lógica de cada período, atento às novas formas de ensino e aprendizagem, com o intuito de inovar para melhorar, para expandir. Por fim, a preocupação deve ser com o ensino e sua forma a ser pensado e problematizado, o que compete a sempre submeter ao rigor científico se adequando aos tempos em que esse ensino se insere.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino, a sexualidade e o gênero perpassam por diversos discursos, representações e formações ao longo da história. Assim, pensar as proposituras do ensino no seio da educação dos estudos históricos, a partir da conjuntura social, cultural e educacional é imprescindível para nos auxiliar na reflexão dos modelos disciplinadores que forjaram o ensino sobre sexualidade, e traçaram os rumos da educação na contemporaneidade, principalmente nas escolas e nas diretrizes e leis que regem o sistema educacional brasileiro.

O objetivo deste trabalho foi realizado com um estudo que abrangeu o ensino sobre gênero e sexualidade no campo do ensino de história por meio das análises sociais que envolvem essa problemática, bem como a análise feita acerca das diretrizes educacionais que norteiam o ensino, além de analisar o PPP (2021), considerando os marcos legais da Constituição Federal (1988) e as questões contemporâneas que emergiram para disciplinar e barrar o ensino sobre sexualidade no campo histórico. Assim, posteriormente a análise, apresentamos uma proposta de enfrentamento da homofobia, tendo em vista que se trata de um tema pouco debatido na contemporaneidade na escola, visando à melhoria do ensino cidadão.

Esta pesquisa verificou a importância do tema, mostrando o contexto histórico social por trás das concepções de gênero e sexualidade no ensino. Além de apontar os agentes que definiram o lugar desse ensino e seus discursos formadores, proporcionando uma visão mais aprofundada acerca do funcionamento do aparelho legal, no qual determina o que deve ser ensinado na escola e o que não deve, contando com os conteúdos sobre sexualidade que são silenciados.

Trouxemos também, como a LDB, os PCNs, os DCNs e a BNCC se estruturaram e posteriormente foram sofrendo influências dos setores conservadores e privados, além de propormos um plano de intervenção educacional com possíveis caminhos para a escola por meio do PPP, permitindo uma adequação e flexibilização para que assim consiga inserir esse tema cumprido às determinações do ensino cidadão.

Nesse contexto, analisamos as diretrizes, problematizando sua aplicabilidade e suas determinações sobre o ensino de gênero e sexualidade alinhado ao ensino de História, apontando possíveis caminhos para construir um ensino cidadão mais sólido, compreendendo que o percurso é longo e tem pela frente uma nova onda do

conservadorismo crescente no país, enquanto a exclusão da discussão sobre sexualidade e questões de gêneros são escassas, contribuindo para o fortalecimento do preconceito individual, até evoluir para o público e acarretar a LGBTfobia que ocorre em grande parte nas escolas como constatamos.

A junção de propostas para melhorias e novas práticas de ensino são sempre válidas, ainda mais se tratando de um tema tão urgente. A escola é a principal instituição de formação cidadã da sociedade, onde a intervenção crucial deve ser feita, sem que haja intromissão do conservadorismo que é herança do sistema patriarcal, creditando forças no modelo de ensino arcaico e atrasado.

Todavia, dentro desse ciclo problemático, este trabalho científico reflete e argumenta sobre o debate acerca da sexualidade e gênero na escola. Com isso, a preocupação foi pensar as possibilidades do ensino inclusivo, moderno e pacificador, alinhado às normas legais e atendendo as demandas dos alunos, melhorando as ações sociais e fundamentando as questões pedagógicas e sociais. Aqui discutimos e não esgotamos a temática, uma vez que se faz pertinente novos estudos, propostas e discussões que enriqueçam ainda mais esse e outros campos do ensino ao respeito à diversidade.

No tocante da nossa discussão, pudemos discorrer sobre as principais condições nas quais encontramos mais fragilidade e aberturas a se trabalhar. A partir disso, partimos das conjunturas possíveis, tratamos das abordagens no campo legal e na prática, sempre na busca por caminhos coerentes e práticos para tentar ao máximo abrir espaço para o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas. Ao analisamos o PPP (2021) da escola Maria Elenita e assim conseguimos obter uma visão ampliada da realidade do ensino lavradense, pois o mesmo demonstrou uma série de lacunas e brechas que foram indicadas neste trabalho.

Ao longo das pesquisas, observamos a necessidade comunal de um ensino voltado para as questões de gênero e sexualidade, para a orientação sexual, trabalhando para evitar traumas e preconceitos causados, sobretudo nas instituições sociais: família e escola, que possuem raízes que contribuem para o desconhecimento e ignorância se tornando ambientes de repressão e tortura física e psicológica como abordamos.

Por fim, cientes de tais preceitos, nos propomos a realizar um debate para melhorar e amenizar a LGBTQIA+fobia na escola, além das propostas que deixamos no último subcapítulo. Compreende-se que tais estudos contribuem para o curso de

História da Universidade Estadual da Paraíba, bem como nas linhas de ensino, nas questões de gênero e sexualidade, além de se adaptar como proposta às escolas. Sabemos também das barreiras enfrentadas, da necessidade do apoio social e educacional para que possamos iniciar uma mudança que surta efeito e promova o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

A bancada evangélica. Disponível em: [Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 08 jul. 2022.

Agressão física na escola. **Agência Brasil.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-foram-agredidos-fisicamente>. Acesso em: 02 fev. 2022.

AGUIAR, Leandro Coelho de. **História Social e Arquivos:** breves considerações sobre os novos usos e apropriações. Acesso em: 16 maio 2022.

AIDS: o que é, sintomas, tratamentos e prevenção. Disponível em: <https://www.minhavidacom.br/saude/temas/aids>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ANPED. Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação (2017). **Nota da Anped sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).** Recuperado de <https://goo.gl/9BUFmM>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ARAUJO, Claudiane. **Abordando sexualidade na escola.** Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4795.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

AQUINO, C.; MARTELLI, A.C. **Escola e educação sexual:** uma relação necessária. IX ANPED SUL, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BACK, Jeizi Loici; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A concepção de corpo e sua interface entre gênero e sexualidade nos PCNs e na BNCC.** Disponível em: [*a-concepo-de-corpo-e-sua-interface-entre-gnero-e-sexualidade-nos-pcns-e-na-bncc.pdf](#). Acesso em: 27 jun. 2022.

BARROS, José D'Assunção. A HISTÓRIA CULTURAL E A CONTRIBUIÇÃO DE ROGER CHARTIER. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Acesso em: 16 jun. 2022.

BORCK, Izis. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR. **Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte.** Disponível em: [Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte - PDF Free Download \(docplayer.com.br\)](#). Acesso em: 16 jul. 2022.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. **Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas.** Disponível em: [* \(scielo.br\)](#). Acesso em: 21 jun. 2022.

BORILLO, Daniel. **A homofobia.** Disponível em: [homofobia_borrillo_pt.pdf \(google.com\)](#). Acesso em: 04 fev. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 2018. **Estrutura da BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. Base nacional Comum Curricular, 2018. **Introdução a BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: cadernos temáticos**. Disponível em: caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf (mec.gov.br). Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Regime de colaboração**. Disponível em: [Constituição](Constituicao) (planalto.gov.br). Acesso em: 13 abr. 2022.

CÂNDIDO, Kássia de Rita. GENTILINI, João Augusto. **Base Curricular Nacional: reflexões sobre a autonomia escolar e Projeto Político-Pedagógico**. Disponível em: 70269-Texto do artigo-315989-1-10-20170831.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CASTRO, Hebe. História Social. In: **CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CÉSAR, M. R. A. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade** [on-line]. Curitiba: SEED, 2009. p. 49-58. Acesso em: 27 jun. 2022.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. 1998. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1998. Acesso em: 27 jun. 2022.

CHARTIER, Roger et al. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1991. Acesso: 28 jun. 2022.

Como surgiu o termo “ideologia de gênero” no Brasil. Disponível em: Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido | São Paulo | G1 (globo.com). Acesso em: 24 jun. 2022.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERRETI, Celso João. SILVA, Mônica Ribeiro da. **REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?format=pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Acesso em: 03 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Acesso em: 04 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Acesso em: 12 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Acesso em: 12 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Acesso em: 21 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Acesso em: 21 nov. 2021.

FURLANI, J. **Ideologia de gênero? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha**. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. 9 p. Disponível em: https://www.facebook.com/jimena.furlani/media_set?set=a.874615945993418.1073741831.100003350625907&type=3. Acesso em: 28 jun. 2022 jul.

GAGLIOTTO, Gisele Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias**. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Acesso em: 15 jul. 2022.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços** / Eduardo Galeano; tradução de Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002.

GÊNERO E SEXUALIDADE: IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA NO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278360525_ARQUIVO_FAZENDO_GENERO_2010.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

GOMES, Ewerton Rafael Raimundo. **Sensibilidades Educativas na representação da escrita do corpo: modos de disciplinar, formas de vivenciar**. Acesso em: 16 maio 2022.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Disponível em: [IDENTIDADE DE GÊNERO e SEXUALIDADE \(ufsc.br\)](https://www.ufsc.br/identidade-de-genero-e-sexualidade). Acesso em: 03 fev. 2022.

Identidade de gênero. **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos**. Disponível em: [4. Identidade e expressão de gênero – Consulta Pública \(grupodignidade.org.br\)](#). Acesso em: 28 jun. 2022.

IRINEU, Bruna Andrade. MAIA, Marcos Felipe Gonçalves. **Gênero e Diversidade na Escola: cenas, contextos e indicadores educacionais da região do Tocantins**. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=0dc96e3a-0ea5-47be-aa4c-b077063dbcfb;1.0:G%C3%AAnero%20e%20diversidade%20na%20escola-%20cenas.%20contextos%20e%20indicadores%20educacionais%20da%20regi%C3%A3o%20do%20Tocantins.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Concepções**. Disponível em: [ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO CONCEITOS E TERMOS \(ufg.br\)](#) Acesso em: 08 fev. 2022.

LDB: artigos 12 e 13. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 29 abr. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª Ed. Goiânia. Editora Alternativa. 2004. Acesso em: 03 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Disponível em: [guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf \(mpba.mp.br\)](#). Acesso em: 03 fev. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. Ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2018. Acesso em: 03 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade / Guacira C622 Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.**

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Guacira Lopes Louro. - Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Acesso em: 16 maio 2022.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. E-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530-1555, out./dez. 2014. Acesso em: 26 jun. 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciências. 2004. Acesso em: 27 jun. 2022.

MENEZES, Moisés Santos de; NASCIMENTO, Ana Paula Leite; LIMA, Roberta Brito. **HOMOFOBIA NA ESCOLA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS**. Disponível: [TRABALHO_EV106_MD1_SA2_ID186_04032018134006.pdf](#). Acesso em: 22 jun. 2022.

O governador de São Paulo mandou recolher apostila de ciências sobre diversidade. Disponível em: [Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre](#)

diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero' | São Paulo | G1 (globo.com). Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de. **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos** (2012).

Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, N. M. & Rodrigues, M. C. M. (2018). **BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26 (107).

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO Raquel Caetano. O Público e o Privado na Educação Projetos em Disputa? **In: Revista Retratos da Escola, Brasília**, v.9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PIERUCCI, A F O. **Representantes de deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte.** Ciências Sociais Hoje, n. 11, p. 104-32, 1989 Tradução. Acesso em: 21 jun. 2022.

Podemos falar de gênero e sexualidade nas escolas. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/podemos-falar-de-genero-esexualidade-na-escola>. Acesso em: 02 fev. 2022.

Projeto Político-Pedagógico. Disponível em: [O que é o projeto político-pedagógico \(PPP\) na prática? \(saseducacao.com.br\)](http://www.saseducacao.com.br). Acesso em: 29 abr. 2022.

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros.** Educ. Soc. [on-line], Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, jan./mar.2017. Acesso em: 26 jun. 2022.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Sexualidade.** Disponível em: [sexualidade.pdf \(diaadia.pr.gov.br\)](http://www.diaadia.pr.gov.br). Acesso em: 21 jun. 2022.

SEFFNER, Fernando. **Comparar a aula de História com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa).** Acesso em: 16 maio 2022.

SEFFNER, Fernando. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa.** 2. ed. [e-book]. / Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira – São Leopoldo: Oikos, 2021. Acesso em: 16 maio 2022.

SEFFNER, Fernando. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. Acesso em: 18 jun. 2022.

SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Homofobia no espaço escolar: um olhar docente. In: **BRUNS, M. A. T.; SANTOS, C.; LEITE, A.R.V.S. Violência, gênero e mídia nos horizontes da saúde e educação**. Curitiba: CRV, 2015, p. 65-79. Acesso em: 16 jul. 2022.

Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise. Disponível em: [R0947-1.pdf \(abrapecnet.org.br\)](#). Acesso em: 27 abr. 2022.

TELES, Oscar. Proposta cria programa de orientação sexual nas escolas. **Câmara dos deputados**. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/110344-proposta-cria-programa-de-orientacao-sexual-nas-escolas. Acesso em: 02 ago. 2021.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. Acesso em: 28 jun. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus.1998

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 4. ed. SP: Papyrus, 2001.